

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG

PROC. 003/24 - PREG. ELET. 002/24 - SRP 002/24-Edital 003/23-Objeto: futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES para atender as necessidades da Fundação Hospitalar De Janauba-MG. Recebimento das propostas até: 09:00hrs do dia 12/04/24, abertura da sessão pública: às 09:00hrs do dia 12/04/24, Início Da Sessão De Disputa De Preços: às 09:01hrs do dia 18/12/23 - Tel.(38)3821-11138, e-mail: licitacao@hrjanauba.com.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, www.hrjanauba.com.br. Neurisvaldo Teixeira dos Santos-Diretor

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONDOMÍNIO QUINTAS DA JANGADA

Ficam, pelo presente edital, CONVOCADOS todos os Condôminos e Moradores do Condomínio Quintas da Jangada a participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no dia 28/04/2024 (vinte e oito de abril de 2024), no Centro Administrativo do Condomínio Quintas da Jangada, Ibitiré/MG, às 9:00h (nove horas), em primeira chamada, com metade dos condôminos, ou às 9:30h (nove horas e trinta minutos), em segunda chamada, com qualquer número de presentes:
Ordem do Dia:
I –Apreciar e julgar as contas do Conselho Deliberativo e de seu síndico;
Para conhecimento geral, este Edital será afixado na Portaria de acesso ao Condomínio, sendo que será enviada cópia aos Condôminos através de Carta, ou e-mail, ou quadro de avisos, ou faixas e publicado em jornal de ampla circulação na região.

Ibitiré, 28 de Março 2024
Leandro Alves Rocha – Síndico

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

Processo nº 018/24 P.E nº 03/24. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais de TI. **Sessão:** 15/04/24 às 09:00 hs. **Edital:** P.M. de Ibiaí, plataforma: www.licitardigital.com.br, site institucional ou por e-mail: licitacao@ibiai.mg.gov.br, setordelicitacao.ibiai@hotmail.com.
Ibiaí-MG, 28/03/24. José Pedro Marçal-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA - MG

Aviso de Licitação: Proc. 000060/24 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – nº 3 / 2024 - Tipo: Menor Preço Global. –Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE RUAS URBANAS - PISO INTERTRAVADO COM BLOCO SEXTAVADO E RETANGULAR - CONVÊNIO 939560. Valor Estimado: R\$ 573.155,83 (quinhentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) - Abertura dia 08/05/2024 às 09:00.

Aviso de Licitação: Proc. 000061/24 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – nº 4 / 2024 - Tipo: Menor Preço Global. –Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE RUAS URBANAS - PISO INTERTRAVADO 16 FACES - CONVÊNIO 939751. Valor Estimado: R\$ 951.124,08 (novecentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e quatro reais e oito centavos) - Abertura dia 09/04/2024 às 09:00.

Aviso de Licitação: Proc. 000062/24 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – nº 5 / 2024 - Tipo: Menor Preço Global. –Objeto: Pavimentação de ruas urbanas - Piso Inter travado com bloco sextavado - Convênio: 939845. Valor Estimado: R\$ 1.063.490,07 (um milhão, sessenta e três mil, quatrocentos e noventa reais e sete centavos) - Abertura dia 10/05/2024 às 09:00. Obs. Informações e Retirada da integral do Edital na Prefeitura; horário comercial no setor de Licitações ou site: <https://www.camanducaia.mg.gov.br/transparencia/licitacao/aviso-de-publicacao>.

PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

Comunica que acha-se à disposição dos acionistas, em sua sede social à Rua Prof. Magalhães Drumond, 184, nesta capital, a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/1976, relativa ao exercício social findo em 31/12/2023. Belo Horizonte, 28 de março de 2024. A Diretoria.

COMPANHIA MANUFATURA DE TECIDOS DE ALGODÃO. CNPJ: 19.525.260/0001-09. AVISO AOS ACIONISTAS.

Comunicamos aos senhores (as) acionistas que na sede da Companhia, à Rua Ondina Carnevalheira Peixoto, 123, Bairro Palmeiras, em Cataguases (MG), encontram-se à disposição os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Cataguases (MG), 28 de março de 2024. NYEDJA NARA CUNHA RÉGO LANNA – DIRETORA PRESIDENTE

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO SECBHR - CNPJ 17.220.179/0001-95

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias (art. 24º, "b"), convoca todos os empregados da empresa ORGANIZAÇÃO VERDEMAR LTDA., sob a raiz do CNPJ nº 65.124.307/, no âmbito de representação deste Sindicato, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Avenida Raja Gabaglia, nº 3.600, Bairro Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.494-310, no dia 04/04/2024, no horário de 09:00 horas, em primeira convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) leitura do edital convocatório; b) autorização para que a Diretoria Executiva do Sindicato Profissional possa promover negociação coletiva com a empresa, firmar acordos administrativos, com a assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho, com ou sem mediador, e eventuais Termos Aditivos caso seja necessário, conforme proposta patronal apresentada; c) discutir e votar pela aprovação ou não da aludida proposta patronal; d) deliberar acerca das contribuições sociais em favor do Sindicato Profissional. Não havendo número legal de presentes na primeira convocação, a segunda se realizará 30 (trinta) minutos após, no mesmo local e dia, já com qualquer número de presentes. As deliberações tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito e a ela se vinculam os trabalhadores sindicalizados ou não à entidade convocante. Belo Horizonte, 28 de Março de 2024. (a) João Pedro Periard - CPF: 543.721.786-20 - Presidente SECBHR

Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 12.259.957/0001-36 - NIRE: 31.300.096.08-4

EDITAL DE AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas da Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, que os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, que será objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária designada para o próximo dia 30 de abril de 2024, às 14:00, encontram-se disponíveis aos acionistas na sede social da Companhia, localizada no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, BR 381, Fernão Dias, KM 492, bairro São João, CEP: 32.655-505. Comunicamos, ainda, que os referidos documentos serão oportunamente publicados pela Companhia, na forma da legislação aplicável. Betim, 27 de março de 2024. Ricardo Panzenboeck Dellape Batista - Diretor

NEXCORP SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES S.A.					
CNPJ: 06.349.959/0001-13					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas, Cumprindo as disposições estatutárias e legais, temos a satisfação de submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Aproveitamos para reafirmar, que esta Diretoria permanece à disposição dos Senhores usuários deste relatório para qualquer informação que se fizer necessária para perfeita interpretação e compreensão das demonstrações aqui apresentadas.					
Balanço patrimonial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.564	2.059	Fornecedores	7.792	4.577
Contas a receber de clientes	16.568	10.993	Obrigações sociais e trabalhistas	3.250	2.853
Estoques	13.253	8.444	Imposto de renda e contribuição social a pagar	65	65
Tributos a recuperar	4.616	3.878	Outros passivos circulantes	2.107	1.592
Outros ativos circulantes	3.316	5.463	Total do passivo circulante	13.214	9.087
Total do ativo circulante	40.317	30.837	Não circulante		
Não circulante			Outros passivos não circulantes	185	48
Títulos e valores mobiliários	-	1	Total do passivo não circulante	185	48
Impostos diferidos	2.651	205	Total do passivo	13.399	9.135
Depósitos judiciais	189	189	Patrimônio líquido		
Imobilizado	6.609	8.063	Capital social	39.674	32.824
Intangível	334	17	Prejuízos acumulados	(2.973)	(2.647)
Total do ativo não circulante	9.783	8.475	Total do patrimônio líquido	36.701	30.177
Total do ativo	50.100	39.312	Total do passivo e do patrimônio líquido	50.100	39.312
Demonstração do resultado			Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2023	2022		2023	2022
Receita operacional, líquida	86.808	67.123	Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Custos	(67.180)	(55.753)	Prejuízo do exercício	(326)	(2.272)
Lucro bruto	19.628	11.370	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.446)	(67)
Despesas com vendas	(17.607)	(9.128)	Depreciação e amortização	2.061	2.153
Despesas gerais, administrativas e outras	(4.065)	(4.368)	Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(7.154)	1.683
Prejuízo antes do resultado financeiro	(2.044)	(2.126)	Custos dos produtos vendidos	39.346	11.501
Receitas financeiras	989	1.339	Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	37
Despesas financeiras	(817)	(1.552)	Outros	609	610
Resultado financeiro, líquido	172	(213)		32.090	13.645
Prejuízo antes dos impostos	(1.872)	(2.339)	(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Imposto de renda e contribuição social:			Contas a receber de clientes	1.579	(8.767)
Corrente	(900)	-	Tributos a recuperar	(1.611)	(917)
Diferido	2.446	67	Estoques	(44.155)	(16.355)
Prejuízo do exercício	(326)	(2.272)	Outros ativos circulantes e não circulantes	2.147	(4.272)
				(42.040)	(30.311)
Demonstração das mutações no patrimônio líquido			Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Exercícios findos em 31 de dezembro			Obrigações tributárias		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Fornecedores		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2021	13.690	(375)	13.315	1.205	41
Aumento de capital social	19.134	-	19.134	3.215	2.643
Prejuízo do exercício	-	(2.272)	(2.272)	397	128
Em 31 de dezembro de 2022	32.824	(2.647)	30.177	652	(198)
Aumento de capital social	6.850	-	6.850	5.469	2.614
Prejuízo do exercício	-	(326)	(326)	Caixa aplicado nas atividades operacionais	(4.481)
Em 31 de dezembro de 2023	39.674	(2.973)	36.701	(4.481)	(14.052)
				Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(332)
				Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-
				Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.813)
Nota Explicativa			Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Contexto operacional			Aquisições de imobilizado e intangível		
A Nexcorp Serviços e Telecomunicações S/A. ("Getrak", "Individual", "Companhia" ou "Nexcorp"), é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2004, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais. A Companhia é subsidiária integral da Companhia de Agilidade Gestão de Frotas e Serviços S.A. ("Agile" ou "Controladora").			Títulos e valores mobiliários		
A Companhia tem como objeto social: (i) a prestação de serviços de informática relacionados ao provimento de internet, fazendo capacitação e aproximação de clientes no âmbito da telemática; (ii) o licenciamento e desenvolvimento de programas de computadores, próprios ou de terceiros através de contratos específicos; (iii) a prestação de assessoria a negócios e empreendimento ligados a informática e telemática; (iv) os serviços de pesquisa de mercado e agenciamento de negócios na área de informática ou telemática; (v) o desenvolvimento e difusão de conteúdo de páginas para internet e treinamento de pessoal ligado direta e/ou indiretamente à área de informática ou telemática; (vi) os serviços de publicidade e marketing; (vii) os serviços de hospedagem e gerenciamento de aplicações no âmbito da telemática; e (viii) o comércio varejista de equipamentos de telefonia e comunicação.			Caixa aplicado nas atividades de investimento		
As explicações de saldos e aberturas estão à disposição na Companhia e a Administração está disponível para esclarecimento de eventuais dúvidas.			Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
			Aumento de capital social		
			Amortização de empréstimos e financiamentos		
			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
			Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		
			Diretoria e Contador		
			João Hilário de Ávila Valgas Filho - Diretor Presidente		
			Frederico Menegatti de Arruda - Diretor Executivo		
			Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa - Diretor de Finanças		
			Cesar Augusto Brum - Contador - CRC-MG: 050729/O-6		

EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ONLINE"

1º LEILÃO: 16/04/2024 Às 15h. - 2º LEILÃO: 18/04/2024 Às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenças e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - VI. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: INHAPIM – MG. RURAL. CÓRREGO DO ALEGRE. Terreno. Áreas Totais. Terr. 4,84ha. Matr. 22.619 do RI Local. Obs.: Ocupada. (AF) 1º Leilão: 16/04/2024, às 15h. Lance mínimo: R\$ 350.000,00 e 2º Leilão: 18/04/2024, às 15h. Lance mínimo: R\$ 219.033,53 (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br
Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

JÚNIOR LOPES
DIRETOR-EXECUTIVO
junior.lobes@hojeemdia.com.br

IRACEMA BARRETO
Editora-Chefe

GUSTAVO CUNHA
Gerente Comercial - (31) 99979-6050
gustavo.cunha@hojeemdia.com.br

ANA PAULA LIMA
Editora-Executiva

EDIMINAS S/A

Editora Gráfica Industrial de MG

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
Simone Amorim - (31) 99642-9883
samorim@hojeemdia.com.br
fonados@hojeemdia.com.br

GERAL:

(31) 3253-2205

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2205
atendimento@hojeemdia.com.br

REDAÇÃO

(31) 98466-5170
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG



VESTIBULAR

2024/1

seu lugar,
seu futuro!

INSCREVA-SE
sem sair de sua casa!
funorte.edu.br
☎ 38 98407 1291

Google for Education



BENEFICÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO CNPJ: 22.709.109/0001-35										1/2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31/12/2023										
A BENEFICÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO, é regida pelo seu Estatuto Social através dos competentes órgãos administrativos, segue as determinações legais e estatutárias e aplica suas rendas, seus recursos e outros eventuais, integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio e seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes, no regime estatutário, não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente. As doações e subvenções recebidas são aplicadas integralmente nas finalidades as que estejam vinculadas. Dentre as atividades abrangentes está o atendimento ao Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalares e ambulatoriais. Apresentamos os demonstrativos contábeis da Entidade Beneficência Social Bom Samaritano mantenedora do Hospital Bom Samaritano mostrando, de forma resumida, o resultado apurado no exercício findado em 31 de dezembro de 2023 e o Relatório de Gestão da Entidade. Continuamos como referência nos principais serviços de alta complexidade como: Quimioterapia e Radioterapia, Cirurgias Oncológicas, Cirurgia Bariátrica, UPA 24horas, Cirurgias Cardiovasculares, Tratamento de Hemodíalise, Serviço de Saúde Auditiva e Serviço de Alta Complexidade em trauma ortopédia, UTI adulto Tipo II e UTI Pediátrica. A comercialização dos produtos da Operadora										
BALANÇO PATRIMONIAL					Em Reais					
Ativo		Nota	2023	2022	Passivo		Nota	2023	2022 (reclassificado)	
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE					
Disponível	3		50.563.327,82	51.635.378,12	Provisões Tec Operações de Assistência à Saúde	11		32.292.597,23	26.887.930,35	
Realizável			44.014.283,93	46.781.936,61	Provisão de Contraprestações			348.015,36	208.877,46	
Aplicações Financeiras	4		30.881.719,49	27.531.980,26	Contraprestação Não Ganha - PPCNG			65.148,21	47.743,97	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			273.881,22	243.007,97	Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS			65.148,21	47.743,97	
Aplicações Livres			30.607.838,27	27.288.972,29	Eventos/Sinistros a Liquid Outros Prest Serv Assist			4.789,90	2.287,05	
Créditos Op Assist à Saúde com Plano de Saúde	5		103.500,38	29.519,23	Eventos/Sinistros Ocorridos e N Avisados (PEONA)			96.938,06	28.516,45	
Contraprestações Pecuniária a Receber			38.518,50	12.427,02	Reembolso de Despesas Assistenciais a Beneficiários			180.309,19	129.804,99	
Participação de Beneficiários em Eventos Indeniz			64.981,88	17.092,21				830,00	525,00	
Créditos Op Assist à Saúde N Rel c/ Pl Saúde da OP	6		9.036.413,51	14.505.763,33	Débitos de Operações de Assistência à Saúde			534,90	84,00	
Bens e Títulos a Receber	7		3.992.650,55	4.714.673,79	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde			534,90	84,00	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			80.469.316,77	64.078.262,79	Débitos Op Assist à Saúde N Rel c/ Pl Saúde da OP	12		1.680.772,87	2.405.338,78	
Realizável a Longo Prazo	8		794.604,41	809.623,64	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13		1.763.500,01	657.236,69	
Outras Aplicações			5.037,26	-	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14		13.898.592,27	12.634.093,90	
Outros Valores e Bens a Receber			729.944,34	760.301,04	Débitos Diversos	15		14.601.181,82	10.982.299,52	
Depósito Judiciais e Fiscais			59.622,81	49.322,60	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			68.021.585,51	65.532.690,11	
Imobilizado	9		79.674.712,36	63.268.639,15	Exigível a Longo Prazo			68.021.585,51	65.532.690,11	
Imóveis de Uso Próprio			28.185.975,61	29.494.298,17	Provisões	16		59.622,81	49.322,60	
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos			28.185.975,61	29.494.298,17	Provisão para Ações Judiciais			59.622,81	49.322,60	
Imobilizado de Uso Próprio			51.488.736,75	33.774.340,98	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14		46.607.742,79	48.757.655,10	
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos			26.458.834,40	21.497.787,72	Débitos Diversos	15		21.354.219,91	16.725.712,41	
Imobilizações em Curso			25.029.902,35	12.276.553,26	PATRIMÔNIO SOCIAL			30.718.461,85	23.293.020,45	
TOTAL DO ATIVO			131.032.644,59	115.713.640,91	Patrimônio Social	17		30.718.461,85	23.293.020,45	
Contas de Compensação	10		1.892.804,31	1.937.188,41	TOTAL DO PASSIVO			131.032.644,59	115.713.640,91	
					Contas de Compensação	10		1.892.804,31	1.937.188,41	
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.										
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO										
		Nota	2023	2022	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS / PRÊMIOS GANHOS			2.121.284,58	1.527.117,53			Patrimônio Social			
DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE							Superávits do Exercício			
Receitas com Operações de Assistência à Saúde			2.121.284,58	1.527.117,53			Total			
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		19	2.121.284,58	1.527.117,53			SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		15.456.746,27	15.456.746,27
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS		20	(1.224.598,82)	(635.208,07)			Absorção do Superávit		-	7.836.274,18
RETIDOS							SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		23.293.020,45	23.293.020,45
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados			(1.174.094,62)	(599.171,19)			Superávit do Exercício		-	7.425.441,40
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados			(50.504,20)	36.036,88			Absorção do Superávit		-	(7.425.441,40)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE			896.685,76	891.909,46			SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.718.461,85	30.718.461,85
RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA		21	151.213.360,30	128.017.401,18			AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.			
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar			17.698.522,74	14.367.525,63	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Pacientes Particulares			3.421.227,34	3.804.871,29			Nota	2023	2022	
Pacientes Convênios			14.277.295,40	10.562.654,34			ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)			84.534.628,72	108.633.008,68			(+) Recebimento de Planos Saúde		1.589.756,87	1.191.521,44
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)			53.457.499,07	52.318.185,34			(+) Resgate de Aplicações Financeiras		156.661.071,74	97.545.365,88
Serviços s/Contrato Unidade de Pronto Atendimento - UPA			18.434.801,41	13.377.567,11			(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		283.023,32	309.876,01
Programas e Incentivos			12.642.328,24	42.937.256,23			(+) Outros Recebimentos Operacionais		153.228.506,30	124.921.541,44
Outras Receita Operacionais			48.980.208,84	5.106.866,87			(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(84.088.424,97)	(86.958.052,63)
Outras Receitas			2.604.771,78	2.133.602,62			(-) Pagamento de Comissões		(5.085,18)	(5.461,67)
Subvenções e Doações			46.375.437,06	2.883.264,25			(-) Pagamento de Pessoal		(24.685.611,54)	(18.097.183,50)
(-) Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		21	(50.777,68)	(36.512,57)			(-) Pagamento de Serviços Terceiros			
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde			(35.954,73)	(7.767,19)			(-) Pagamento de Tributos		(6.522.130,82)	(6.191.948,35)
Provisão para Perdas sobre Créditos			(14.822,95)	(28.745,38)			(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(97.356,45)	(149.590,70)
(-) Outras Despesas Oper. de Assist à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		21	(141.510.250,76)	(117.122.323,77)			(-) Pagamento de Aluguel		(422.620,80)	(655.254,78)
RESULTADO BRUTO			10.549.017,62	11.750.474,30			(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		(581.467,24)	(159.016,12)
(-) Despesas com Comercialização		22	(8.512,26)	(5.584,20)			(-) Aplicações Financeiras		(147.175.423,24)	(102.917.431,70)
(-) Despesas Administrativas		23	(450.061,08)	(621.821,45)			(-) Outros Pagamentos Operacionais		(32.002.299,47)	(8.423.843,24)
Resultado Financeiro Líquido		24	(4.299.192,85)	(3.729.678,96)			Caixa Líquido das Atividades Operacionais	31	16.181.938,52	410.522,08
Receitas Financeiras			3.692.474,04	3.392.635,73			ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Despesas Financeiras			(7.991.666,89)	(7.122.314,69)			(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar		30.000,00	169.953,19
Resultado Patrimonial		25	1.634.189,97	442.884,49			(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros		30.000,00	
Receitas Patrimoniais			1.905.521,76	1.741.079,32			(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar		(4.180.153,25)	(376.029,41)
(-) Despesas Patrimoniais			(271.331,79)	(1.298.194,83)			(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros		(2.396.112,58)	(532.313,61)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES			7.425.441,40	7.836.274,18			Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(6.516.265,23)	(738.389,83)
RESULTADO LÍQUIDO		26	7.425.441,40	7.836.274,18			ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.							(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos		43.746.457,62	16.958.388,49
							(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(6.150.633,55)	(6.337.459,52)
							(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(45.565.894,98)	(10.598.508,35)
							Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		(7.970.070,91)	22.420,62
							VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA		1.695.602,38	(305.447,13)
							VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA		1.695.602,38	(305.447,13)
							CAIXA - Saldo Inicial		4.853.441,51	5.158.888,64
							CAIXA - Saldo Final		6.549.043,89	4.853.441,51
							Ativos Livres no Início do Período		32.142.413,80	22.016.424,14
							Ativos Livres no Final do Período		37.161.919,42	32.142.413,80
							Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES		5.019.505,62	10.125.989,66
							AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE										
			2023	2022	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO					
RESULTADO DO EXERCÍCIO			7.425.441,40	7.836.274,18	NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A BENEFICÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO, fundada em primeiro de maio do ano de 1948, na cidade de Governador Valadares, MG, reconhecida com Entidade de Utilidade Pública Municipal através da Lei 623 de 09.07.57, Estadual através da Lei 10.789 de 29.06.92 e Federal através do Decreto de 07.01.1995, com registro na CMAS sob o número 029/01 e na CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social sob o número 101.874/55, tornou operadora de plano de saúde em 28 de junho de 2018 com registro nº 421189 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede própria, estabelecida na Rua Ranulfo Alvares, nº 1620, Bairro Vila Isa, Governador Valadares, MG. A entidade obteve a renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com vencimento para 28 de abril de 2025, conforme publicação através da Portaria nº 819, de 16/08/2021 da Secretaria de Atenção à Saúde. É regida pelo seu Estatuto Social através dos competentes órgãos administrativos, segue as determinações legais e estatutárias, aplica suas rendas, seus recursos e outros eventuais, integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio e seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes, no regime estatutário, não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente. As doações e subvenções recebidas são aplicadas integralmente nas finalidades as que estejam vinculadas. Dentre as atividades abrangentes está o atendimento ao Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalares e ambulatoriais. Ao iniciar suas atividades no ano de 1948 seu principal objetivo era a assistência social ao distribuir alimentos e alojar pessoas idosas do município, quando na oportunidade promoveu parceria com o Governo Federal e cedeu suas instalações para a implantação do SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência em 1960. Posteriormente, com o término da parceria com o Governo Federal, a sede da instituição foi cedida para o funcionamento de uma escola. Em 1987 a BSBS retomou o patrimônio cedido, reformou as instalações e deu início à Clínica Médica Samaritano. Em 1990 incorporou a AEBV – Associação Evangélica Beneficente Valadarense, que estava com dificuldades financeiras e técnicas para continuar a construção do Hospital Evangélico. Nesse mesmo ano a BSBS passou a administrar e construir o Hospital Evangélico. O Hospital foi inaugurado em março de 2000, com o nome de Hospital Evangélico e em março de 2003, na Gestão do ex-presidente Dr. Samuel Gomes da Silva, passou a se chamar Hospital Bom Samaritano (HBS). Atualmente a Beneficência Social Bom Samaritano presta a população de Governador Valadares e mais 85 municípios da região, três tipos de trabalhos, o primeiro através Hospital Bom Samaritano (HBS) com atendimentos de alta complexidade o segundo com a Clínica Bom Samaritano com atendimento médico ambulatorial e o terceiro no seguimento de saúde suplementar com o plano de saúde próprio – Vitaplán. A consolidação de uma gestão estratégica e humanizada da BSBS ao longo dos anos demonstra o compromisso legítimo da instituição na garantia de um atendimento aos pacientes, baseado no profissionalismo, na ética, na transparência, nos resultados e principalmente no ato de proporcionar o bem-estar a nossa população. Uma entidade que fortalece a cada dia o slogan da sua missão, "Amor por você". É Habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com radioterapia (Portarias MS nº 256 de 27/07/2009; Portaria MS nº 237 de 26/05/2011 e PORTARIA MS nº 2.606, de 29/12/2016) incluindo em Cirurgias de Alta Complexidade em Oncologia, habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave para realização de cirurgia de Redução de Estômago conforme Portaria MS nº 496 de 29/05/2012. Habilitado como Serviço de Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva incluindo a realização procedimentos de alta complexidade em Implante Coclear - Ouvido Biônico, conforme PORTARIA nº 3.437, de 24/10/2018. Habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia conforme Portaria MS nº 1.189 de 22/09/2016. Habilitado como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular – cirurgia cardiovascular conforme Portaria MS nº 448 de 27/04/2016. E desde de 01/06/2015 administra a UPA 24 horas do Município, considerada Tipo II de Complexidade Intermediária (100% SUS), conforme Portaria nº 1.639 de 01/10/2015. Sua Missão é "Promover a saúde para todos, com serviço humanizado e de excelência, com equipe multidisciplinar comprometida com o bem-estar social, sua Visão é "Ser um Complexo Hospitalar de busca permanente da excelência, reconhecido em alta complexidade e melhor Operadora de Plano de Saúde.", tendo como Valores a Qualidade, Humanização, Ética, Tecnologia, Equipe Multidisciplinar, Responsabilidade Social além de ser uma Instituição Confessional Cristã. Sua Política da Qualidade é "Assegurar por meio da excelência no atendimento, melhora contínua dos processos e serviços prestados, buscando sempre a satisfação de todos".					

BENEFICÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO CNPJ: 22.709.109/0001-35

2/2

NOTA 12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	Exercícios	
	2023	2022
Prestadores de Serviços Médicos Pessoa Jurídica	1.629.560,27	2.376.060,49
Prestadores de Serviços Médicos Pessoa Física	51.212,60	29.278,29
Total Líquido	1.680.772,87	2.405.338,78

Provisão referente a honorários médicos a pagar aos prestadores pessoas físicas e jurídicas, não relacionados com o plano de saúde da operadora. Redução do saldo, devido a regularização dos débitos em atraso pelo SUS, ocorrendo desta forma pagamentos dentro do exercício.

NOTA 13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Exercícios	
	2023	2022
Contribuição Previdenciária Retida a Recolher	244.229,00	140.335,93
FGTS a Pagar	329.885,14	194.928,14
ISS Retido a Recolher	21.448,56	6.409,81
PIS/Cofins/CSLL/IR retidos a Recolher	1.167.937,31	315.562,81
Total	1.763.500,01	657.236,69

Devido ao aumento da folha de pagamento com a inclusão do repasse do piso da enfermagem houve aumento do FGTS, INSS e IR retidos a recolher.

NOTA 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal (i)	6.046.692,31	18.055.332,43	3.235.992,44	10.516.975,38
Bradesco (i)	10.465.185,73	32.267.656,01	10.465.185,73	42.732.841,75
Banco do Desenvolvimento Nacional (i)	1.168.895,12	3.663.561,88	1.273.734,04	4.951.798,40
Cooperativa de Poup e Crédito do Vale do Rio Doce – SICOOB (ii)	2.082.232,63	73.878,17	3.182.192,33	-
Banco Volkswagen SA (iii)	155.040,27	594.321,06	-	-
Total	19.918.046,06	54.654.749,55	18.157.104,54	58.201.615,53
(-) Ajuste a Valor Presente	(6.019.453,79)	(8.047.006,76)	(5.523.010,64)	(9.443.960,43)
Total Geral	13.898.592,27	46.607.742,79	12.634.093,90	48.757.655,10

(i) Empréstimos com intervenção da Secretaria Municipal de Saúde, através da garantia SUS, instituído pelo Ministério da Saúde e concedido pelo Banco Bradesco com juros de 9,74% ao ano, da linha BNDES Saúde e concedido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas com juros de 5,96% ao ano. Em 2023 foi contratado um novo empréstimo pela linha Caixa Hospitais concedido pela Caixa Econômica Federal com juros 11,16% ao ano. Todos os empréstimos contratados são amortizados com a contrapartida dos serviços prestados ao SUS – Sistema Único de Saúde. (ii) Refere-se a cédulas de créditos bancária disponibilizada pela Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda – Sicoob Credindoce com juros de 14,93% ao ano. (iii) Refere-se ao financiamento de um caminhão, adquirido para atendimento móvel a pacientes do Sistema Único de Saúde.

NOTA 15. DÉBITOS DIVERSOS

	Exercícios	
	2023 (Reclassificado)	2022
Circulante		
Obrigações com Pessoal	4.173.117,00	3.404.554,24
Fornecedores	6.869.907,55	5.862.503,11
Outros Débitos a Pagar (i)	3.558.157,27	1.715.242,17
Total – Circulante	14.601.181,82	10.982.299,52
Não Circulante		
Débitos Diversos (i)	21.354.219,91	16.725.712,41
Total – Não Circulante	21.354.219,91	16.725.712,41
Total	35.955.401,73	27.708.011,93

(i) Refere-se a pensão alimentícia judicial, vencíveis no curto prazo no valor de R\$ 2.008,80, outras reservas para eventuais ações judiciais no valor de R\$ 234.941,17, descontos de convênios de empregados a repassar no valor de R\$ 62.422,79, conta de energia elétrica a pagar no valor de R\$ 645,77, empréstimos de materiais e medicamentos obtidos no valor de R\$ 90.582,10, repasse do governo federal para pagamento do piso da enfermagem no valor de R\$ 1.627.978,24 e R\$ 1.539.578,40 referente a parte da reclassificação feita nas contas das subvenções que entidade recebeu do governo federal e de empresas privadas através do Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, todos para investimentos que seguem regras preestabelecidas e, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado mantêm os saldos acima registrados no passivo circulante e não circulante. Os valores cuja expectativa de pagamento de pagamento é de longo prazo, foram reavaliados e reclassificados, assim como os saldos correspondentes do exercício anterior, para comparabilidade e atendimento dos normativos contábeis.

NOTA 16. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, que revisou todas as probabilidades de êxitos nos processos judiciais, a entidade optou por constituir provisão apenas nos valores dos depósitos judiciais, no montante de R\$ 59.622,81, e divulgando os valores das demais ações.

a) Contingências com Risco de Perda Possível

	Exercícios	
	2023	2022
Contingências Cíveis (i)	5.459.609,06	4.709.109,06
Contingências Trabalhistas	523.034,35	575.635,40
Total	5.982.643,41	5.284.744,46

(i) Referem-se ações movidas por pacientes, sob as alegações de supostos erros médicos.

NOTA 17. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social da entidade está representado pelos resultados superavitários ou deficitários de sua atividade. **NOTA 18. CAPITAL REGULATÓRIO:** O Capital Regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Social Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, conforme definido na RN ANS 569 de 2022. A Entidade encontra-se suficiente em relação ao Capital Baseado em Riscos e ao Capital Base, conforme regras estabelecidas pela ANS.

NOTA 19. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS/PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE

	Exercícios	
	2023	2022
Contraprestações Líquidas	2.121.284,58	1.527.117,53
Total	2.121.284,58	1.527.117,53

O aumento no valor das contraprestações em 2023 ocorreu devido ao aumento na quantidade de beneficiários, iniciando os poucos e primeiros beneficiários no 3º trimestre de 2019, aumentando a adesão em 2020 com uma receita de R\$ 507.701,76, em 2021 chegando a R\$ 1.104.211,54, 2022 com R\$ 1.527.117,53, e fechando 2023 com R\$ 2.121.284,58. Devido ao aumento na carteira, a utilização também teve aumento, conforme demonstrado na nota a seguir.

NOTA 20. EVENTOS INDENIZAVEIS LIQUIDOS

	Exercícios	
	2023	2022
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(1.174.094,62)	(599.171,19)
Variação Prov Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(50.504,20)	(36.036,88)
Total	(1.224.598,82)	(635.208,07)

NOTA 21. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	Exercícios	
	2023	2022
Outras Receitas Oper. Não Relac. Plan. Saúde		
Ingressos c/Atendimentos SUS	53.457.499,07	52.318.185,34
Ingressos c/Atendimentos Convênios	14.277.295,40	10.562.654,34
Ingressos c/Atendimentos Particulares	3.421.227,34	3.804.871,29
Serviços s/Contrato Unidade de Pronto Atendimento - UPA	18.434.801,41	13.377.567,11
Subvenções e Doações (i)	46.375.437,78	42.937.256,23
Programas e Incentivos (ii)	12.642.328,24	2.883.264,25
Outros	2.604.771,06	2.133.602,62
Total	151.213.360,30	128.017.401,18

Outras Despesas Oper com Plano de Assist a Saúde

Outras Despesas Oper. Não Relac. Plan. Saúde Op. (iii)		
Ingressos c/Atendimentos SUS	(117.012.107,49)	(103.441.423,94)
Ingressos c/Atendimentos Convênios	(19.762.509,75)	(10.057.863,80)
Ingressos c/Atendimentos Particulares	(4.735.633,52)	(3.623.036,03)
Total	(141.510.250,76)	(117.122.323,77)

Resultado Bruto

(i) As subvenções são recursos que a entidade recebeu do governo federal e de empresas privadas através do Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e as doações de empresas privadas. (ii) Os programas e incentivos recebidos no exercício de 2023 são oriundos de emendas parlamentares para custeio de hospitais que tem atendimento de Média e Alta Complexidade (MAC). (iii) As receitas e as despesas são reconhecidas pelo princípio da competência e seu aumento ocorreu em razão do numero de atendimentos ter crescido no exercício.

NOTA 22. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

	Exercícios	
	2023	2022
Comissão Vendedores	(8.512,26)	(5.584,20)
Total	(8.512,26)	(5.584,20)

Aumento em função do crescimento da carteira.

NOTA 23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios	
	2023	2022
Despesas com Empregados	(164.406,85)	(305.558,87)
Despesas com Encargos Sociais	(16.321,46)	(78.101,31)
Propaganda e Publicidade	(247.537,04)	(229.838,12)
Despesas Administrativas Diversas	(21.795,73)	(8.323,15)
Total	(450.061,08)	(621.821,45)

As despesas administrativas diminuíram em função de redução do quadro de funcionários.

NOTA 24. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Exercícios	
	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receitas por Recebimentos em Atraso	1.063,56	2.371,25
Receitas de Aplicações Financeiras	2.600.389,97	2.580.140,51
Receitas Financeiras Diversas	1.091.020,51	810.123,97
Total	3.692.474,04	3.392.635,73
Despesas Financeiras		
Desp. Financeira c/Emp./Financiamentos	(6.597.497,01)	(6.355.577,52)
Despesas Por Pagamentos Em Atraso	(3.732,10)	(736,27)
Despesas Financeiras Diversas	(1.390.437,78)	(766.000,90)
Total	(7.991.666,89)	(7.122.314,69)
Resultado Financeiro Líquido	(4.299.192,85)	(3.729.678,96)

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR								
PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES SUS								
EXERCICIO	SUS		NÃO SUS		TOTAL		% SUS	
	Internações	Pac./Dia	Particular/Gratuito / Convênios		Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia
			Internações	Pac./Dia				
2020	6.237	26.099	1.280	3.452	7.517	29.551	82,97%	88,61%
2021	6.365	31.472	1.689	4.076	8.054	35.548	79,03%	88,53%
2022	7.435	29.025	1.932	4.361	9.367	33.386	79,37%	86,94%
2023	8.023	29.752	1.966	2.314	9.989	32.066	80,32%	92,78%
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS								
EXERCICIO	SUS		NÃO SUS		TOTAL		% SUS	
	Ambulatoriais		Particular/Gratuito / Convênios		Ambulatoriais		Ambulatoriais	
			Ambulatoriais					
2020	230.334		30.337		260.671		88,36%	
2021	275.347		35.132		310.479		88,68%	
2022	394.403		38.301		432.704		91,15%	
2023	317.566		44.158		361.724		87,79%	
Fonte: DataSUS – Tabwin / TASY-Rel. Atendimentos								

NOTA 30. SEGUROS: A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **NOTA 31. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:** Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que ao apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

	Exercícios	
	2023	2022
Resultado do Exercício	7.425.441,40	7.836.274,18
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do caixa gerado pelas atividades operacionais	9.128.864,17	12.206.814,73
Depreciações e Amortizações	4.151.574,00	4.601.654,20
Provisão (reversão) Perdas	(2.291.644,00)	28.745,38
Provisões Técnicas	50.504,20	36.036,88
Ganho/perda na alienação de bens/investimentos	-	982.205,96
Baixa por impairment	26.116,34	192.070,45
Provisão (reversão) Contingências	107.656,66	10.524,34
Encargos/juros s/ empréstimos (-) impostos	7.084.656,97	6.355.577,52
Resultado do período ajustado	16.554.305,57	20.043.088,91
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em contas do ativo operacional	5.048.199,57	(7.558.561,33)
(Diminuição) aumento em contas do passivo operacional	(5.420.566,62)	(12.074.005,50)
CAIXA GERADO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.181.938,52	410.522,08

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo

Aumentos das despesas financeiras devido a descontos concedidos em contas hospitalares.

NOTA 25. RECEITAS PATRIMONIAIS E DESPESAS PATRIMONIAIS

	Exercícios	
	2023	2022
Receitas Patrimoniais		
Receitas com Aluguéis e Condomínios (i)	1.845.521,16	1.741.079,32
Outras Receitas Patrimoniais	60.000,60	-
Total	1.905.521,76	1.741.079,32
Despesas Patrimoniais		
Baixa Imobilizado	(243.106,40)	(1.103.487,16)
Perdas por Redução do Valor (ii)	(26.116,34)	(192.070,45)
Outras Despesas Patrimoniais	(2.109,05)	(2.637,22)
Total	(271.331,79)	(1.298.194,83)
Resultado Patrimonial	1.634.189,97	442.884,49

(i) Receitas provenientes de alugueis e condomínios cobrados dos serviços terceirizados que estão instalados nas dependências do hospital. (ii) Conforme nota 9 refere-se ao ajuste resultante das avaliações negativas no imobilizado.

NOTA 26. RESULTADO LÍQUIDO

	Exercícios	
	2023	2022
	7.425.441,40	7.836.274,18

NOTA 27. ISENÇÕES E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Atendemos o que determina a Resolução CFC 1409/2012 - ITG 2002 com relação à forma de cálculo e contabilização das contribuições usufruídas, conforme quadro abaixo:

	Exercícios	
	2023	2022
Isenção Contribuição INSS Patronal	5.919.608,01	5.087.074,93
Isenção COFINS	4.767.979,22	4.040.347,01
Total das Isenções	10.687.587,23	9.127.421,94

A entidade é imune do recolhimento do Imposto de Renda - IRPJ sobre o lucro conforme dispositivos legais do Decreto nº 9.580/2018, entretanto, cumpre fielmente as retenções dos impostos/contribuições exigidos pela legislação federal e recolhe. Em 2021 houve decisão favorável na ação judicial relacionado ao não recolhimento do PIS/PASEP sobre o valor bruto da folha de pagamento à alíquota de 1%. Considerando os valores da cota patronal do INSS e a COFINS, o resultado líquido seria negativo em R\$ 3.262.145,83 não havendo desta forma o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL.

NOTA 28. DAS GRATUIDADES

A entidade cumpriu o que dispõe o inciso II do art. 4º na Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, no percentual de 92,78%, superior o mínimo exigido de 60%.

NOTA 29. DA CAPACIDADE INSTALADA

De um total de 141 leitos instalados, 109 correspondem a leitos hospitalares e 32 leitos complementares (UTI), a entidade disponibilizou ano de 2023, 102 leitos para o Sistema Único de Saúde – SUS, correspondendo a 72%. Foram prestados atendimentos

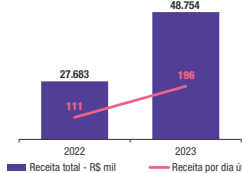


TORO INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ: 12.455.479/0001-30

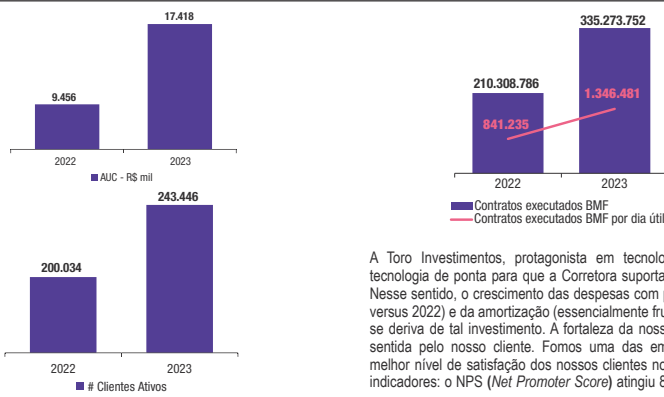
PG 1/2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas da Toro Investimentos S.A.
Belo Horizonte - MG
A cultura do Grupo Toro tem 3 pilares centrais: pessoas, clientes e resultados. Tais pilares associados a busca contínua por inovação, permitiu a Toro Investimentos crescimento de 76% na receita bruta em 2023 quando comparada a 2022, atingindo R\$48,7 milhões.



A Toro Investimentos, controlada pela Toro CTVM S.A., é a empresa do Grupo responsável pelo desenvolvimento de tecnologia, e nesse sentido se alavanca no crescimento da Corretora. Vimos expressivo crescimento em 2023 da base de clientes, do patrimônio sob custódia e da quantidade de transações (ordens e mini contratos negociados).



A Toro Investimentos, protagonista em tecnologia, entregou serviços e tecnologia de ponta para que a Corretora suportasse tamanho crescimento. Nesse sentido, o crescimento das despesas com pessoas (aumento de 55% versus 2022) e da amortização (essencialmente fruto de capex de tecnologia) se deriva de tal investimento. A fortaleza da nossa tecnologia e inovação é sentida pelo nosso cliente. Fomos uma das empresas brasileiras com o melhor nível de satisfação dos nossos clientes no setor, demonstrado pelos indicadores: o NPS (Net Promoter Score) atingiu 84 na assessoria exclusiva,

a Nota do ReclameAqui ficou em 8,4 e as notas de avaliação nas lojas Google e Apple, atingiram em 4,8 e 4,6, respectivamente. Seguimos focados também no fortalecimento da nossa cultura e do nosso time, como resultado disso, o Grupo Toro foi premiado como uma das melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais e melhores empresas para se trabalhar em nível Brasil no ramo de tecnologia, segundo a GPTW (Great Place to Work). Como destaque, no final do primeiro semestre, celebramos acordo com o Banco Santander para aquisição da totalidade da Toro Participações S.A., holding detida pelos acionistas minoritários do Grupo Toro. Tal acordo foi finalizado no dia 03 de janeiro de 2024. Dessa forma, o Banco passou, a partir dessa data, a deter titularidade de 100% do capital social da Toro CTVM S.A. e suas controladas. Tal acordo permitirá ampliar a sinergia entre as empresas. Encerramos o ano de 2023 com uma empresa mais sólida e madura, tanto do ponto de vista de cultura, quanto do ponto de vista financeiro e estratégico. Para o ano de 2024, continuamos com planos de crescimento audaciosos de resultados, inovação em produtos, tecnologia e atendimento para os nossos clientes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

A Diretoria.
João Augusto Ferreira Resende - Diretor
Maria Carolina Barbosa Costa- Diretora

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro 2022 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante		40.537	21.431	60.373	46.155	Circulante		50.826	20.502	59.345	28.174
Caixa e equivalente de caixa	4	8.849	7.784	18.891	25.205	Fornecedores	13	1.771	1.203	3.946	1.685
Contas a receber	5	13	102	6.844	5.344	Obrigações trabalhistas	14	35.078	16.809	40.422	22.296
Adiantamentos	6	189	145	218	216	Obrigações tributárias	15	3.649	2.001	4.124	2.799
Contas a receber com partes relacionadas	9a	9.152	4.187	8.820	4.129	Contas a pagar com partes relacionadas	9a	299	310	323	318
Impostos e contribuições a compensar	7a	333	-	1.147	346	Outros passivos	16	10.029	179	10.530	1.076
Crédito tributário	7b	3.023	1.232	3.503	2.090	Não circulante		132	132	132	132
Outros ativos	8	18.978	7.981	20.950	8.825	Provisões e contingências passivas	17a	132	132	132	132
Não circulante		260.014	228.723	248.072	211.671	Patrimônio líquido		249.593	229.520	248.968	229.520
Investimentos em controladas	10	140.750	143.487	-	-	Capital social	18a	248.300	248.300	248.300	248.300
Imobilizado	11	4.605	4.236	5.757	5.988	Reservas de capital	18c	58.372	58.372	58.372	58.372
Intangível	12	114.659	81.000	242.315	205.683	Prejuízos acumulados	18f	(57.079)	(77.152)	(57.704)	(77.152)
Total do ativo		300.551	250.154	308.445	257.826	Total do passivo		300.551	250.154	308.445	257.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto Operacional
A Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") é uma empresa de tecnologia, constituída em 27 de agosto de 2010 como sociedade empresária limitada e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 23 de janeiro de 2017, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 7º ao 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte – MG. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente em diversos produtos financeiros, conteúdo digital, cursos, planejamento financeiro, desenvolvimento e licenciamento de softwares customizáveis e não customizáveis ao mercado financeiro. A Toro Investimentos, empresa do grupo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), possui como acionistas, o controlador Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), o Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander Distribuidora") e a Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), detendo 76,54%, 14,78 e 8,68% respectivamente do capital total da Toro Investimentos. Em 07 de junho de 2023, a Santander Distribuidora, subsidiária do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou junto aos acionistas da Toro Participações, um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter a titularidade de 100% do capital social da Toro CTVM e da Toro Investimentos. A transferência do controle societário foi aprovada em assembleia extraordinária de 03 de janeiro de 2024 e registrada em 26 de janeiro de 2024 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Toro CTVM em assembleia extraordinária de 29 de fevereiro de 2024, deliberou a incorporação da Toro Participações. A incorporação resultou na extinção da Toro Participações, e passa ser sucedida pela Toro CTVM em todos os seus bens, direitos e obrigações. O requerimento de incorporação está em processo de aprovação pelo Bacen.
A Toro Investimentos possui participação nas seguintes empresas:

Controladas direta	Percentual de Participação	
	2023	2022
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda ("Mobills Labs")	100,00%	100,00%
Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset")	100,00%	100,00%

Controlada indireta
Mobills Corretora de Seguros Ltda (Mobills Corretora")
100,00% 100,00%
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2024.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras
(a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, que incluem estimativas e premissas, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. **(b) Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Toro Investimentos no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **(c) Bases de consolidação:** As demonstrações consolidadas são compostas pela Toro Investimentos e por suas controladas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição de controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre partes relacionadas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados. **(d) Moeda Funcional:** A moeda funcional da Toro Investimentos e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("R\$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. **(e) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos ativos imobilizado e intangível; (ii) contabilização de provisão para contingências; (iii) realização dos créditos tributários; e (iv) mensuração de provisões para perdas de créditos a receber. A Toro Investimentos revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas.

3. Resumos das principais práticas contábeis
(a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos bancários em contas correntes e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam rendimentos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(b) Contas a receber:** O faturamento é efetuado com base em prazos normais e de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório os valores contábeis de conta a receber de clientes e outras são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida em lucros ou perdas. **(c) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado. **(d) Imobilizado de uso:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para máquinas de processamento de dados; 10% a.a. para máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e equipamentos de telefonia; e 4% a.a. para benfeitorias em imóveis de terceiros, exceto quando o prazo de contrato do imóvel for menor, neste caso, adotamos o prazo do contrato como base para cálculo da depreciação. **(e) Intangível:** Compreende o direito de uso de softwares adquiridos para uso no processo operacional, classificados como ativos intangíveis com vida útil definida. Compreende também programas de computador customizáveis e não customizáveis desenvolvidos internamente, conforme objeto social da Toro Investimentos, e que passam por avaliação técnica quanto sua vida útil. Há ainda ativos intangíveis relacionados a marcas, sem vida útil definida, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. A prática contábil adotada pela Toro Investimentos é de registrar os ativos intangíveis com vida útil definida ou indefinida, adquiridos separadamente ou gerados internamente, ao custo deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **(g) Fornecedores:** Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações de serviços e materiais de acordo com a sazonalidade. A Toro Investimentos não calcula e reconhece o ajuste a valor presente de tal obrigação, pelo fato da liquidação (pagamento), ocorrer em até 90 (noventa) dias, prazo em que não há a obrigatoriedade do cálculo e reconhecimento dos referidos ajustes. **(h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e ajustados para a contribuição social de 9%. **(i) Provisão para contingências:** Provisões são constituídas para todas as contingências, referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para liquidar uma obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Dessa forma, a Toro Investimentos revisou as premissas de avaliação de seus "Passivos Contingentes" nos quais, com base na orientação de seus assessores jurídicos, foram constituídas e atualizadas as provisões para contingência. As provisões são revisadas e ajustadas ao encerramento do exercício, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável,

conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(j) Outras Provisões:** A Toro Investimentos adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável ou, ainda, que decorram de obrigação legal de pagar. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A efetiva liquidação das provisões poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. **(k) Redução ao valor recuperável (impairment):** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificadas necessidades de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **(l) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos da diferença do seu valor justo, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes em caixa, contas correntes e aplicações em fundos de investimento em renda fixa. O caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria "ao custo amortizado" sendo avaliados, após o reconhecimento inicial, ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, que não excederem o seu valor de mercado ou de realização; (ii) contas a receber reconhecidas pelo valor justo e deduzidas da provisão para redução ao valor recuperável, caso houver; e (iii) serviços a faturar. Passivos financeiros: são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Toro Investimentos se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. **(m) Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras são compostas substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos, multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **(n) Reconhecimento da receita:** As receitas operacionais preponderantes da Toro Investimentos têm origem em contratos firmados com os usuários do sistema e parte relacionada e são reconhecidas com base nos serviços realizados em cumprimento às performances contidas nos respectivos contratos. As parcelas cujos serviços ainda não foram prestados são registradas em serviços a faturar no ativo circulante em contrapartida com serviços a faturar no passivo circulante, e apropriadas em receita do período à medida que os serviços são prestados. Constitui ainda receitas da Toro Investimentos o licenciamento da marca "Toro Investimentos" e o licenciamento da plataforma de corretora de valores. Estas receitas são oriundas de contrato firmado entre partes relacionadas detalhadas. As receitas das controladas são basicamente oriundas de planos de assinatura dos aplicativos, publicidade e venda de planejamento financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos (a)	76	80	210	1.017
Fundos de investimento de renda fixa (b)	8.773	7.704	18.681	24.188
Total	8.849	7.784	18.891	25.205

(a) O saldo da rubrica "Bancos" é constituído por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.
(b) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Fundos de Investimento de Renda Fixa, com liquidez imediata, cuja taxa é a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer (a)	-	10	6.704	5.076
Serviços a faturar (b)	13	92	140	268
Total	13	102	6.844	5.344

(a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existia nenhum valor vencido a receber de clientes.
(b) Os serviços a faturar se referem a compras de planos de assinatura de forma parcelada pelos clientes e que os serviços ainda não foram prestados. A medida que a prestação ocorrer, as contas a receber e a receita são reconhecidas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de férias	182	142	207	165
Adiantamento a fornecedores	7	3	6	51
Adiantamentos a cartões pré-pagos	-	-	5	-
Total	189	145	218	216

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda a compensar	-	-	558	103
Contribuição social a compensar	-	-	108	40
Outros impostos a compensar	333	-	481	203
Total	333	-	1.147	346

	Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2022	2023
Provisão de participações nos lucros e resultados	-	1.507	-	1.929
Provisão de prêmios de incentivos de longo prazo	-	1.425	-	1.483
Provisão de bônus	1.141	(1.141)	1.999	(1.999)
Provisão de abono	47	-	47	-
Passivos fiscais	34	-	34	-
Passivos trabalhistas	3	-	3	-
Passivos cíveis	7	-	7	-
Total de créditos tributários	1.232	1.791	2.090	1.413

	Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2022	2023
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-
até 1 ano	1.911	688	2.599	2.221
De 2 a 3 anos	312	112	424	354
Total	2.223	800	3.023	2.575

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	26.967	20.585	29.758	23.593
Encargo total de IRPJ/CSLL	(9.168)	(6.999)	(10.118)	(8.022)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.137	1.242	(124)	-
Adições permanentes	(2.619)	(3.511)	(3.233)	(3.634)
IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	3.732	2.843	3.097	2.175
Demais ajustes	24	24	68	72
Total	(6.894)	(6.401)	(10.310)	(9.409)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Corrente	8.685	(6.610)	11.723	10.476
Diferido	(1.791)	209	(1.413)	(1.067)
Total	6.894	(6.401)	10.310	9.409

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de prestação de serviços	19	43.097	24.418	88.637	64.793
Receita operacional líquida		43.097	24.418	88.637	64.793
Custos operacionais	22	(928)	(4.274)	(18.502)	(16.133)
Despesas com vendas		(928)	(4.274)	(18.502)	(16.133)
Lucro bruto		42.169	20.144	70.135	48.660
Receitas e (despesas) operacionais		(15.759)	(699)	(42.075)	(28.315)
Despesa com pessoal	20	(23.915)	(15.447)	(39.354)	(31.215)
Despesas gerais e administrativas	23	(43.144)	(34.218)	(52.710)	(40.413)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	47.955	45.313	50.356	43.313
Resultado da equivalência patrimonial	10b	3.345	3.653	(367)	-
Resultado não operacional	25	-	(9)	-	(11)
Resultado antes do resultado financeiro líquido	26	26.410	19.436	28.060	20.334
Receitas Financeiras		639	1.176	2.485	3.400
Despesas Financeiras		(82)	(27)	(787)	(141)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		26.967	20.585	29.758	23.593
Imposto de renda e contribuição social	7d	(6.894)	(6.401)	(10.310)	(9.409)
Correntes		(6.685)	(6.610)	(11.723)	(10.476)
Diferidos		1.791	209	1.413	1.067
Lucro líquido do exercício		20.073	14.184	19.448	14.184
Lucro líquido por ação (R\$)		0,07	0,05	0,07	0,05

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		20.073	14.184	19.448	14.184
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-



TORO PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 41.705.966/0001-01										Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais																																																															
Relatório da Administração Aos Acionistas da Toro Participações S.A. Belo Horizonte - MG A cultura do Grupo Toro tem 3 pilares centrais: pessoas, clientes e resultados. Tais pilares associados a busca contínua por inovação, permitiu ao Grupo Toro forte crescimento de receita, apesar de termos tido um ano de macro difícil, com baixo crescimento de PIB, inflação alta e taxa de juros ainda em dois dígitos. Continuamos fazendo investimentos em tecnologia: inovando na experiência na nossa plataforma de investimentos, investindo em segurança e em melhoria na latência para atender cada vez melhor o nosso cliente. As estratégias de aquisição de clientes, principalmente através da mídia digital, continuam sendo uma fortaleza da Toro. Melhoramos diariamente as nossas análises e iniciativas para aumento da conversão de clientes no funil de aquisição. A satisfação do nosso cliente é medida continuamente. Fomos uma das empresas brasileiras com o melhor nível de satisfação dos nossos clientes no setor, demonstrado pelos indicadores: o NPS (Net Promoter Score) atingiu 84 na assessoria exclusiva, a Nota do ReclameAqui ficou em 8,4 e as notas de avaliação nas lojas Google e Apple, atingiram em 4,8 e 4,6, respectivamente. Seguimos focados										Nota 2023 2022 Receitas e (despesas) operacionais (1.662) 3.313 Despesas administrativas 15 (728) (128) Resultado da equivalência patrimonial (934) 3.441 Resultado antes do resultado financeiro líquido (1.662) - Receitas financeiras 16 396 - Despesas financeiras 16 (529) - Resultado antes da tributação sobre o lucro (1.795) 3.313 Lucro (prejuízo) do exercício (1.795) 3.313 Lucro (prejuízo) por ação (0,12) 0,22 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				2023 2022 Fluxo de caixa das atividades operacionais (1.795) 3.313 Lucro (prejuízo) do exercício (1.795) 3.313 Ajustes ao lucro (prejuízo): Resultado da equivalência patrimonial 934 (3.441) (Aumento) redução nos ativos operacionais 291 (6.544) Outros ativos 291 (6.544) Aumento (redução) nos passivos operacionais 317 13.690 Fornecedores 10 (4) Obrigações trabalhistas 1 - Obrigações tributárias 306 13.693 Outros passivos - 1 Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais (253) 7.018 Fluxo de caixa das atividades de investimento Aquisições de investimentos - (20.753) Aquisições de ações em tesouraria (408) (563) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (408) (21.316) Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento de capital 1.040 14.129 Aumento de reserva de capital 98 143 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento 1.138 14.272 Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa 477 (26) Caixa e equivalente de caixa no início do período (nota 4) 93 119 Caixa e equivalente de caixa no final do período (nota 4) 570 93 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																											
Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro 2022 (Em milhares de reais)										2023 2022 Ativo 8.960 8.774 Circulante 570 93 Caixa e equivalente de caixa 4 570 93 Outros ativos 5 8.390 8.681 Não circulante 134.249 135.153 Investimentos em coligadas 6 134.249 135.153				Nota 2023 2022 Passivo 16.153 15.836 Circulante 10 - Fornecedores 7 10 - Obrigações trabalhistas 8 5 5 Obrigações tributárias 9 1 - Outros passivos 10 16.137 15.831 Patrimônio líquido 127.056 128.091 Capital social 11a 89.749 88.709 Reservas de capital 11b 440 342 Ajuste avaliação patrimonial 11c 42.703 42.673 (-) Ações em tesouraria 11d (991) (583) Prejuízos acumulados (4.845) (3.050) Total do passivo 143.209 143.927 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																											
Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais										2023 2022 Lucro (prejuízo) do exercício (1.795) 3.313 Outros resultados abrangentes Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes - - Resultado abrangente total do exercício (1.795) 3.313 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				2023 2022 Acionistas e conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações para oferta de "Partnership" o montante de R\$ 5.585.157,34 será realizado até 08 de dezembro de 2025, no entanto, em janeiro de 2024 foi liquidado. (b) Reservas de capital: Ágio por subscrição de ações 2.479 2.479 Resultado de ações em tesouraria 98 - Ágio por subscrição de ações a integralizar (2.137) (2.137) Total 440 342																																																											
(c) Ajuste de avaliação patrimonial										2023 2022 Outros ajustes de avaliação patrimonial 42.703 42.673 Total 42.703 42.673 Referem-se aos ajustes das integralizações de capital mencionadas no item "b" desta nota, mediante conferência de ações da Toro CTVM e da Toro Investimentos pelos acionistas, conforme boletins de subscrições de ações anexas as assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias. (d) Ações em tesouraria Autorizadas a compor o capital principal (991) (583) Total (991) (583) 12. Despesas com pessoal Despesas de honorários (nota 14b) 49 47 Despesas de encargos trabalhistas 10 9 Total 59 56 13. Despesas com tributos Despesas de PIS 16 - Despesas de COFINS 2 - Outras despesas tributárias (a) 1 3 Total 19 3 (a) Refere-se a taxa de junta comercial e alvarás. 14. Transações com partes relacionadas (a) Transações com partes relacionadas: A Toro Participações realiza com o Banco Santander operações financeiras. Essas operações incluem: (i) aplicações em fundos de investimentos. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Toro Participações realizou as seguintes operações com partes relacionadas: Ativo 2023 2022 Cotas de fundos de investimentos 563 - Banco Santander - controladora 563 - Total 563 - Resultado 2023 2022 Resultado de aplicações em fundo de investimentos 21 - Banco Santander - controladora 21 - (b) Honorários da diretoria Remuneração do pessoal-chave da administração 2023 2022 Honorários da diretoria 49 47 Total 49 47 15. Despesas administrativas Despesas de pessoal (nota 12) 59 56 Despesas de publicações 11 8 Despesas de serviços financeiros 1 1 Despesas de serviços técnicos especializados 602 27 Despesas tributárias (nota 13) 19 3 Outras despesas administrativas 36 33 Total 728 128 16. Resultado financeiro Receita de aplicações financeiras 21 - Outras receitas financeiras 375 - Total das receitas financeiras 396 - Outras despesas financeiras (529) (25) Total das despesas financeiras (529) (25) Total do resultado financeiro (133) (25) 17. Resultado não recorrente Nos exercícios de 2023 e 2022 a Toro Participações e suas controladas não incorreram em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.																																																															
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)										2023 2022 1. Contexto operacional A Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2021, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 7º ao 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação no capital em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Toro Participações possui participações nas seguintes empresas: Coligadas direta 2023 2022 Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM") 37,48% 37,48% Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") 8,68% 8,68% Em 07 de junho de 2023, a Santander Distribuidora, subsidiária do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou junto aos acionistas da Toro Participações, um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter a titularidade de 100% do capital social da Toro CTVM e da Toro Investimentos. A transferência do controle societário foi aprovada em assembleia extraordinária de 03 de janeiro de 2024 e registrada em 26 de janeiro de 2024 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Toro CTVM em assembleia extraordinária de 29 de fevereiro de 2024, deliberou a incorporação da Toro Participações. A incorporação resultou na extinção da Toro Participações, e passa ser sucedida pela Toro CTVM em todos os seus bens, direitos e obrigações. O requerimento de incorporação está em processo de aprovação pelo Baacen. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2024. 2. Base de elaboração das demonstrações financeiras (a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, que incluem estimativas e premissas, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. (b) Bases de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Toro Participações no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. (c) Moeda funcional: A moeda funcional da Toro Participações é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("R\$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. 3. Resumos das principais práticas contábeis (a) Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos bancários em contas correntes e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam rendimentos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (b) Investimentos: Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.				2023 2022 4. Caixa e equivalentes de caixa Bancos (a) 6 93 Fundos de investimento de renda fixa (b) 564 - Total 570 93 (a) O saldo da rubrica "Bancos" é constituído por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) As aplicações financeiras são denominadas em reais, e correspondem a fundos de investimento de renda fixa, com liquidez imediata, cuja taxa é a variação do certificado de depósito interbancário – CDI. 5. Outros ativos IRRF s/ aplicações financeiras 3 - Devedores por revenda de ações (a) 8.387 8.681 Total 8.390 8.681 (a) A Toro Participações possui um plano de compra de ações ("partnership") aprovados em Assembleias, por meio do qual determinados executivos e parceiros do grupo Toro podem adquirir ações ordinárias nominativas através de pagamento à vista ou a prazo. Nos pagamentos a prazo, o saldo devedor do ativo pode ser corrigido pela variação diária do DI. 6. Investimentos <table><tr><th></th><th>% de Participação</th><th>2022</th><th>Ajuste avaliação patrimonial</th><th>Equiv. patrimonial</th><th>2023</th></tr><tr><td>Toro CTVM</td><td>37,48%</td><td>115.235</td><td>30</td><td>(2.676)</td><td>112.589</td></tr><tr><td>Toro Investimentos</td><td>8,68%</td><td>19.918</td><td>-</td><td>1.742</td><td>21.660</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>135.153</td><td>30</td><td>(934)</td><td>134.249</td></tr></table> <table><tr><th></th><th>% de Participação</th><th>Valor do investimento</th><th>PL Aumento contábil adquirido</th><th>Ajuste avaliação patrimonial</th><th>Equiv. patrimonial</th><th>2022</th></tr><tr><td>Toro CTVM</td><td>37,48%</td><td>22.948</td><td>-</td><td>83.435</td><td>2.227</td><td>115.235</td></tr><tr><td>Toro Investimentos</td><td>8,68%</td><td>-</td><td>14.128</td><td>-</td><td>4.576</td><td>1.214</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>22.948</td><td>14.128</td><td>6.625</td><td>88.011</td><td>116.449</td></tr></table> 7. Fornecedores Fornecedores - mercado interno 2023 2022 Fornecedores de serviços e produtos de consumo 10 - Total 10 - 8. Obrigações trabalhistas Pró-labore 4 4 INSS 1 1 Total 5 5 9. Obrigações tributárias Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros 1 - Total 1 - 10. Outros passivos Contratos de mútuo 1.730 - Obrigações por revenda de ações 14.407 15.831 Total 16.137 15.831 11. Patrimônio líquido (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Toro Participações era de R\$ 95.333.919,87 (R\$ 95.333.919,87 em 31 de dezembro de 2022), composto por 14.762.611 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 89.748.762,53 totalmente integralizado pelos					% de Participação	2022	Ajuste avaliação patrimonial	Equiv. patrimonial	2023	Toro CTVM	37,48%	115.235	30	(2.676)	112.589	Toro Investimentos	8,68%	19.918	-	1.742	21.660	Total		135.153	30	(934)	134.249		% de Participação	Valor do investimento	PL Aumento contábil adquirido	Ajuste avaliação patrimonial	Equiv. patrimonial	2022	Toro CTVM	37,48%	22.948	-	83.435	2.227	115.235	Toro Investimentos	8,68%	-	14.128	-	4.576	1.214	Total		22.948	14.128	6.625	88.011	116.449	2023 2022 João Augusto Ferreira Resende Diretor - CPF 111.286.206-42 Maria Carolina Barbosa Costa Diretora - CPF 078.067.136-89 Hélio Mayorca Filho Contador - CRC S/C 021798/O-3-S-MG RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Srs. Acionistas e Administradores da Toro Participações S.A. Belo Horizonte - MG Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Toro Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Toro Participações S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> . Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Toro Participações S.A, de acordo com os princípios éticos			
	% de Participação	2022	Ajuste avaliação patrimonial	Equiv. patrimonial	2023																																																																				
Toro CTVM	37,48%	115.235	30	(2.676)	112.589																																																																				
Toro Investimentos	8,68%	19.918	-	1.742	21.660																																																																				
Total		135.153	30	(934)	134.249																																																																				
	% de Participação	Valor do investimento	PL Aumento contábil adquirido	Ajuste avaliação patrimonial	Equiv. patrimonial	2022																																																																			
Toro CTVM	37,48%	22.948	-	83.435	2.227	115.235																																																																			
Toro Investimentos	8,68%	-	14.128	-	4.576	1.214																																																																			
Total		22.948	14.128	6.625	88.011	116.449																																																																			

O melhor do ensino remoto com o melhor do presencial.

INSCREVA-SE sem sair de sua casa!
funorte.edu.br
☎ 38 98407 1291

FUNORTE CENTRO UNIVERSITÁRIO



Pop Benefícios Mútuos

CNPJ/MF nº 30.705.240/0001-52

Editais de Convocação

Aos Srs. Associados, Venho, por meio deste, convocar os associados da **Pop Benefícios Mútuos**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.705.240/0001-52, estabelecida na **Av. João César de Oliveira, nº 295, Bairro Eldorado, CEP 32.315-000, em Contagem/MG**, para a **Assembleia Geral Ordinária E Extraordinária, a ser realizada neste endereço**, no dia **10/04/2024** (dez de abril de dois mil e vinte e quatro), às **10:00 hs.** (dez horas) em primeira convocação, com a presença de 1/5 dos associados, ou, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados presentes, nos termos do § 1º do art. 16 do Estatuto Social, tendo a seguinte pauta: **1)** Aprovação do relatório anual da Diretoria Executiva, suas contas e parecer do Conselho Fiscal, relativo ao ano de 2023. **2)** Aprovação da extinção da filial localizada na Rua Augusto dos Anjos, nº 356, Loja 03, bairro Santa Mônica em Belo Horizonte/MG, CEP 31.535-000, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.705.240/0005-86. **3)** Aprovação das alterações no termo de PPA (Programa de Proteção Automotiva). Contagem/MG, 27 de março de 2024. **Marcos Paulo Queiroz dos Reis** – Presidente.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS E CINTOS DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os **Associados Regulares** do Sindicato das Indústrias de Calçados, Bolsas e Cintos de Minas Gerais, convocados para uma Assembleia Geral, a se realizar no **dia 24 (vinte e quatro) de abril de 2024, às 16:00 horas**, na Av. do Contorno 4.456 / 6º andar - Funcionários, no município de Belo Horizonte - MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **prestação e aprovação de contas da Diretoria referente ao ano de 2023.**

Belo Horizonte, 02 de abril de 2024. **LUIZ RAUL ALEIXO BARCELOS** - PRESIDENTE.



ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8
Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (vii) a indicação, dentre os conselheiros da Companhia, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **28.04.2024** ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 28 de março de 2024. **Alessandro Giuseppe Carlucci** - Presidente do Conselho de Administração.



ANUNCIE AQUI

(31) 3253-2205

ACELERO COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.					
CNPJ nº 11.884.974/0001-00					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas, Cumprindo as disposições estatutárias e legais, temos a satisfação de submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Aproveitamos para reafirmar, que esta Diretoria permanece à disposição dos Senhores usuários deste relatório para qualquer informação que se fizer necessária para perfeita interpretação e compreensão das demonstrações aqui apresentadas.					
Balanço patrimonial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.267	67.688	Fornecedores	354	9.665
Contas a receber de clientes	18.111	4.106	Salários e encargos a pagar	319	1.977
Veículos para revenda	7.330	108.854	Tributos a recolher	5.684	317
Tributos a recuperar	3.538	271	Outras contas a pagar	2.393	1.253
Outras contas a receber	784	1.838	Total do passivo circulante	8.750	13.212
Total do ativo circulante	45.030	182.757	Não circulante		
Não circulante			Outras contas a pagar	2.290	1.748
Depósitos judiciais	1.585	1.565	Total do passivo não circulante	2.290	1.748
Total do ativo não circulante	1.585	1.565	Total do passivo	11.040	14.960
Total do ativo	46.615	184.322	Patrimônio líquido		
			Capital social	92.228	238.428
			Reserva de capital e opções outorgadas	(25)	(25)
			Prejuízos acumulados	(56.628)	(69.041)
			Total do patrimônio líquido	35.575	169.362
			Total do passivo e do patrimônio líquido	46.615	184.322
Demonstração do resultado			Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2023	2022		2023	2022
Receita operacional líquida	120.208	366.341	Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Custos	(100.030)	(365.158)	Lucro (prejuízo) do exercício	12.413	(61.581)
Lucro bruto	20.178	1.183	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.140
Despesas com vendas	(2.546)	(9.595)	Depreciação e amortização	-	5.292
Despesas gerais e administrativas	(4.127)	(48.837)	Valor residual de veículos vendidos	77.408	340.797
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e impostos	13.505	(57.249)	Juros de arrendamento	-	508
Receitas financeiras	3.432	1.605	Baixas de ativos intangíveis e outros imobilizados	-	13.619
Despesas financeiras	(173)	(796)	Outros	18	(5.470)
Resultado financeiro, líquido	3.259	809		89.839	298.305
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	16.764	(56.440)	Acréscimo (decréscimo) de ativos		
Imposto de renda e contribuição social:			Contas a receber de clientes	(14.005)	(1.999)
Corrente	(4.351)	(1)	Aquisição/cancelamento de veículos para revenda	14.924	(305.206)
Diferido	-	(5.140)	Depósitos judiciais	25	(1.509)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.413	(61.581)	Outros ativos circulantes e não circulantes	(2.213)	(490)
				(1.269)	(309.204)
Demonstração das mutações no patrimônio líquido			(Acréscimo) decréscimo de passivos		
Exercícios findos em 31 de dezembro			Outros passivos circulantes e não circulantes		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Aumento (Redução) em salários e encargos		
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2021	153.800	-	(7.460)	146.340	
Aumento de capital social	84.628	-	-	84.628	
Plano de incentivo de longo prazo	-	119	-	119	
Indenização de incentivo de longo prazo	-	(27)	-	(27)	
Opções exercidas	-	(117)	-	(117)	
Prejuízo do exercício	-	-	(61.581)	(61.581)	
Em 31 de dezembro de 2022	238.428	(25)	(69.041)	169.362	
Redução de capital social	(146.200)	-	-	(146.200)	
Lucro do exercício	-	-	12.413	12.413	
Em 31 de dezembro de 2023	92.228	(25)	(56.628)	35.575	
Nota Explicativa			Diretoria e Contador		
Contexto operacional			Luis Fernando Memoria Porto - Diretor Presidente		
A Acelero Comércio de Veículos S.A. ("Acelero" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 23 de abril de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte – estado de Minas Gerais. A empresa é subsidiária integral da Companhia de Locação das Américas ("Locamerica" ou "Controladora"), tendo como objeto social: (i) o comércio a varejo e atacado de veículos automotores; (ii) as atividades de intermediação; e (iii) agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários e o comércio sob consignação de veículos automotores. As explicações e aberturas de saldos estão arquivadas na Companhia e a Administração está à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.			Marco Túlio de Carvalho Oliveira - Diretor Vice-Presidente		
As explicações e aberturas de saldos estão à disposição na Companhia e a Administração está disponível para esclarecimento de eventuais dúvidas.			Breno Davis Campolina - Diretor Executivo		
			Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa - Diretor de Finanças		
			Mauro Antônio de Figueiredo – Contador – CRC MG 054.967/O		

SELEÇÃO DE

PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG
(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512
posodontologiaprado@funorte.edu.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SETOP"). A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. **AB Concessões S.A.:** AAB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Mundys, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico. A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%). **1. Destaques do ano de 2023:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 aumentou 17,2% em relação ao ano de 2022, alcançando R\$ 212.093 mil. A receita líquida - no ano de 2023 foi de R\$ 212.466 mil (+15,7%). O tráfego da Companhia em 2023 foi de 27.279 mil de eixos equivalentes¹, volume 9,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2022. O EBITDA ajustado² em 2023 foi de R\$ 143.036 mil (+12,2%). **2. Desempenho Operacional:** O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

3. Desempenho Econômico-Financeiro:

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita Operacional Líquida	275.043	100,0%	327.892	100,0%	(52.849)	-16,1%
Custo Dos Serviços Prestados	(217.863)	-79,2%	(320.186)	-97,6%	102.323	-32,0%
Lucro Bruto	57.180	20,8%	7.706	2,4%	49.474	642,0%
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	-11,2%	(20.037)	-6,1%	(10.688)	53,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	926	0,3%	79	0,0%	847	1.072,2%
Resultado antes do Resultado Financeiro	27.381	10,0%	(12.252)	-3,7%	39.633	-323,5%
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	9.073	3,3%	14.095	4,3%	(5.022)	-35,6%
Despesas financeiras	(70.027)	-25,5%	(69.772)	-21,3%	(255)	0,4%
	(60.954)	-22,2%	(55.677)	-17,0%	(5.277)	9,5%

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(33.573)	-12,2%	(67.929)	-20,7%	34.356	-50,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(3.609)	-1,3%	31.293	9,5%	(34.902)	-111,5%
Prejuízo do Exercício	(37.182)	-13,5%	(36.636)	-11,2%	(546)	1,5%
Prejuízo por Ação Básico e Diluído - R\$	(26.27)	-	(27.49)	-	1.22	-4,4%

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita Líquida: A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:						
Receita com arrecadação de pedágio	212.093	100,0%	180.984	100,0%	31.109	17,2%
Outras receitas	19.074	9,0%	18.767	10,4%	307	1,6%
Receita de serviços de construção	62.577	29,5%	144.191	79,7%	(81.614)	-56,6%
Receita bruta	293.744	138,5%	343.942	190,0%	(50.198)	-14,6%

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(10.264)	-4,8%	(8.759)	-4,8%	(1.505)	17,2%
PIS	(1.502)	-0,7%	(1.298)	-0,7%	(204)	15,7%
COFINS	(6.935)	-3,3%	(5.993)	-3,3%	(942)	15,7%
Receita líquida	275.043	129,7%	327.892	181,2%	(52.849)	-16,1%

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita Líquida (exclui receita de construção)	212.466	100,0%	183.701	100,0%	28.765	-15,2%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 183.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 212.466 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) o aumento de 9,3% do tráfego em eixos equivalentes em 2023 com relação a 2022; e ii) o reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +4,18% a partir de 12 de junho de 2023. **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 56.254 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 69.430 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 23,4% em comparação ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento na provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

¹ Exclui as Receitas de Construção
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.
³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativos/Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.753	77.179
Contas a receber de clientes	5	12.360	9.548
Contas a receber do Poder Concedente	5	1.689	1.729
Impostos a recuperar		2.892	3.540
Outros ativos		2.049	1.414
Total dos ativos circulantes		69.743	93.410
Não circulantes			
Outros ativos		11.315	10.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	137.684	141.293
Depósitos e bloqueios judiciais	12	15.911	18.897
Total do realizável a longo prazo		164.910	170.559
Direito de uso		4.315	771
Intangível	7	841.393	862.344
Ativo contratual		29.858	5.463
Total dos ativos não circulantes		1.040.476	1.039.137
Total dos ativos		1.110.219	1.132.547

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		821.448	7.401	(396.637)	432.212
Aumento de capital	14	24.000	-	-	24.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(36.636)	(36.636)
Ajuste de exercícios anteriores	7	-	-	17.559	17.559
Saldos em 31/12/2022		845.448	7.401	(415.714)	437.135
Aumento de capital	14	16.000	-	-	16.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(37.182)	(37.182)
Saldos em 31/12/2023		861.448	7.401	(452.896)	415.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6/03/2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlântia) ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhadas entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificadas além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do equilíbrio econômico do contrato. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo pedágio, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$ 1.590 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07"). O referido TA07 tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para equilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA07 também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Funcionários	(21.194)	12,9%	(20.035)	14,3%	(1.159)	5,8%
Materiais e equipamentos	(2.481)	1,5%	(2.792)	2,0%	311	-11,1%
Prestadores de serviços	(32.200)	19,6%	(28.007)	20,0%	(4.193)	15,0%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(16.539)	10,0%	(3.052)	2,2%	(13.487)	441,9%
Reembolso de Seguros	5.247	-3,2%	1.040	-0,7%	4.207	404,5%
Outras receitas/despesas	(2.263)	1,4%	(3.408)	2,4%	1.145	-33,6%
Sub Total	(69.430)	42,2%	(56.254)	40,1%	(13.176)	23,4%
Depreciação e amortização	(95.211)	57,8%	(83.945)	59,9%	(11.266)	13,4%
Sub Total	(164.641)	100,0%	(140.199)	100,0%	(24.442)	17,4%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção						
Conserva especial	(23.889)	28,8%	(24.409)	12,2%	520	-2,1%
Constituição da provisão para manutenção	(20.444)	24,6%	(55.754)	27,9%	35.310	-63,3%
Utilização da provisão para manutenção	23.889	28,8%	24.409	12,2%	(520)	-2,1%
Despesas com construção	(62.577)	75,4%	(144.191)	72,1%	81.614	-56,6%
Sub Total	(83.021)	100,0%	(199.945)	100,0%	116.924	-58,5%
Total Custos e Despesas Operacionais	(247.662)	-	(340.144)	-	92.482	-27,2%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(20.444)	6,0%	(55.754)	16,4%	35.310	-63,3%
Despesas de amortização	(95.211)	28,0%	(83.945)	24,7%	(11.266)	13,4%
Despesas com prestadores de serviços	(32.200)	9,5%	(28.007)	8,2%	(4.193)	15,0%
Despesas com empregados	(21.194)	6,2%	(20.035)	5,9%	(1.159)	5,8%
Despesas com materiais e equipamentos	(2.481)	0,7%	(2.792)	0,8%	311	-11,1%
Custos com construção	(62.577)	18,4%	(144.191)	42,4%	81.614	-56,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(16.539)	4,9%	(3.052)	0,9%	(13.487)	441,9%
Reembolso com seguro	5.247	-1,5%	1.040	-0,3%	4.207	404,5%
Despesas com seguro	(1.179)	0,3%	(869)	0,3%	(310)	35,7%
Outras despesas gerais e administrativas	(2.010)	0,6%	(2.618)	0,8%	608	-23,2%
Outras receitas	926	-0,3%	79	0,0%	847	1.072,2%
Total	(247.662)	100,0%	(340.144)	100,0%	92.482	-27,2%
Custo dos serviços prestados	(217.863)	88,0%	(320.185)	94,1%	102.322	-32,0%
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	12,4%	(20.037)	5,9%	(10.688)	53,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	926	0,4%	79	0,0%	847	1.072,2%
Total	(247.662)	100,0%	(340.143)	100,0%	92.481	-27,2%

	2023	2022	V.H.
Receita líquida	275.043	327.892	-16,1%
Receita de construção	(62.577)	(144.191)	-56,6%
Receita líquida (ex receita de construção)	212.466	183.701	15,7%
Custos operacionais	(247.662)	(340.144)	-27,2%
Custos de construção	62.577	144.191	-56,6%
Custos operacionais (ex-custos de construção)	(185.085)	(195.953)	-5,5%
EBIT	27.381	(12.252)	323,5%
Depreciação e amortização	95.211	83.945	13,4%
EBITDA	122.592	71.693	71,0%
Provisão para manutenção	20.444	55.754	-63,3%
EBITDA Ajustado	143.036	127.447	12,2%
Margem EBITDA Ajustada	67,3%	69,4%	-3,0%

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R\$ 143.036 mil em 2023 (+12,2%). **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ (12.252) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 27.381 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ (60.954) mil em 2023 (-9,5%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social: O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de R\$ (67.929) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (33.573) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R\$ 31.293 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (3.609) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Prejuízo Líquido do Exercício:** O prejuízo líquido do Exercício passou de R\$ (36.636) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (37.182) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Aumento de Capital:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 861.448 mil, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 mil em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. **Investimentos:** Em 2023, a Concessionária AB

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Receita operacional líquida	15	275.043	327.892
Custo dos serviços prestados	16	(217.863)	(320.186)
Lucro bruto		57.180	7.706
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(30.725)	(20.037)
Outras receitas operacionais	16	926	79
Total		(29.799)	(19.958)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		27.381	(12.252)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	9.073	14.095
Despesas financeiras	17	(70.027)	(69.772)
Total		(60.954)	(55.677)
Resultado antes dos impostos		(33.573)	(67.929)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	13	(3.609)	31.293
Prejuízo do exercício		(37.182)	(36.636)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	18	(26,27)	(27,49)

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	
Receitas	
Receita de arrecadação com pedágio	
Receita de construção	
Outras receitas - contraprestação pecuniária	
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados por terceiros	
Custo dos serviços de construção	
Materiais, energia e serviços de terceiros	
Outros	
Valor adicionado bruto	
Amortização	
Valor adicionado líquido produzido	
Valor adicionado recebido em transferência	
Recetas financeiras	
Valor adicionado total a distribuir	



★ continuação

políticas contábeis em si. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretirável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • eles incluem a intenção de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados: por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2 Ativo intangível:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfico estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfico é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios

econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 7). A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída. **2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. **2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas aliquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as aliquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. **2.5 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estas atualizações até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificados são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.8. Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.9 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de contraprestação pecuniária:** Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura. No exercício findo em 31/12/2023, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 62.577 (R\$ 144.191 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores. **Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. **2.10 Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. **2.11 Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2022. **2.12 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º/01/2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras: - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS1 e IFRS Practice Statement 2); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); - Imposto mínimo complementar global. Normas vigentes a partir de 1º/01/2024: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 17 e CPC 40/IFRS 7).

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG050 S.A.

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas, basicamente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 96,75% em 31/12/2023 (97,22% em 31/12/2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes e do Poder Concedente:	2023	2022
Pedágio eletrônico	12.231	9.360
Cupons de pedágio	129	188
	12.360	9.548
	1.689	1.729
	1.689	1.729

Contraprestação pecuniária (a)

Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente	14.049	11.277
Circulante	14.049	11.277

(a) Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão. Os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperada com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	2023	2022
	14.049	11.277

A vender

6. Partes relacionadas: As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores - Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	2.801	909
Total	2.801	909
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar - Controladora:		
AB Concessões S.A.	5.785	5.785
Total	5.785	5.785
Transações	2023	2022
Custos e despesas		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	8.229	6.407
Total	8.229	6.407

(a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão operacional nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora AB Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 17 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último de útil do mês subsequente à prestação de contas. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31/12/2023 é de R\$ 2.891 (R\$ 2.621 em 31/12/2022), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	2023	2022
Salários e bônus	2.174	1.959
Encargos	608	513
Outros benefícios	109	149
Total	2.891	2.621

7. Ativo contratual e intangível da concessão: A movimentação é como segue:

	2023	2022
Intangível em rodovias (a)	831	1.224.599
Direito de uso de software	1.072	1.361.304
Total	1.903	2.585.903
Amortização acumulada	(422.080)	(422.833)
Total	1.481	2.163.070
Intangível em rodovias (a)	831	1.224.599
Direito de uso de software	1.072	1.361.304
Total	1.903	2.585.903

(*) O valor de R\$ 116.468, apresentado na linha de ativo contratual em 31/12/2022, foi reclassificado parcialmente para Ativo intangível para uma melhor apresentação. (a) Referem-se aos itens que retornam ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfico estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados". (b) O montante de R\$ 65.687 refere-se a: i) despesa de amortização no montante de R\$ 83.945, reconhecido no resultado, conforme nota explicativa nº 16 e ii) reversão de R\$ 17.559 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores. **Ativo contratual (infraestrutura em construção):** O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Em 31/12/2023 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R\$ 29.858 (R\$ 5.463 em 31/12/2022). O montante de ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31/12/2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

	2023	2022
ITV 129 - km 301,4 ao km 304,8	R\$ 8.368	
ITV121 - km 286,3 ao km 286,7 - ITV	R\$ 6.788	
ITV-24C - Implantar 3ª faixa lado direito/esquerdo	R\$ 6.244	
ITV 81B-82-83 - Implantar na travessia urbana de formiga multivía com separador central - km 201,7 ao km 204,5	R\$ 3.667	
ITV 1 - Implantar 3ª faixa - LD - Km 76,0	R\$ 2.667	
ITV 135B - Implantação de 3ª faixa km 318 a km 318,2	R\$ 1.332	
Demaís obras	R\$ 792	
Total	R\$ 29.858	

Teste por redução ao valor recuperável (impairment): A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31/12/2023 e 2022.

8. Debêntures: Quantidade Taxas emitida contra-tuais (%) Vencimento 2023 2022

Série	emitida unitária	contra-tuais (%)	Vencimento	2023	2022
--------------	-------------------------	-------------------------	-------------------	-------------	-------------

5ª emissão 400 5,97% a.a. Dezembro/2030 424.042 443.434

Custo de transação 424.042 443.434

Saldo líquido **408.120** **424.439**

Circulante 27.046 42.763

Não circulante 381.074 381.676

Cronograma de desembolsos (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
--------------------------	--------------

2025 56.422

2026 77.110

2027 9.404

2028 62.534

2029 64.885

2030 123.658

(-) Custo de transação (12.939)

381.074

5ª emissão: Em 19/05/2021, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 da espécie geográfica, com garantia fidejussória adicional, a ser convalidada em espécie com garantia real, série única, e são atualizadas monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e mais 5,97% a.a. As debêntures da 5ª emissão da Companhia foram garantidas por: (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. (2) Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1. (3) Fiança da controladora AB Concessões S.A. **Cláusulas restritivas:** A escritura da 5ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), apurados semestralmente a partir de dezembro de 2022. A Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2023.

9. Fornecedores:	2023	2022
Fornecedores de serviços de construção	52.153	38.216
Fornecedores operacionais	2.612	2.111
Total	54.765	40.327

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados a operação, manutenção e administração da Companhia.

10. Obrigações fiscais:	2023	2022
Programa de Integração social - PIS e COFINS	1.770	1.370
Impostos sobre serviços - ISS	1.103	1.256
Outros	303	539
Total obrigações fiscais - Circulante	3.176	3.165

11. Provisão para manutenção e investimentos: A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, sendo ajustada a valor presente à taxa de 10,07% a.a. em dezembro de 2023 (12,62% a.a. em dezembro 2022). A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31/12/2021	88.418	75.675	164.093
Constituição da provisão	48.599	20.507	61.909
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(5.963)	(18.226)	(24.189)
Realização da provisão	(60.122)	(17.556)	(70.481)
Ajuste a valor presente	8.153	7.249	15.402
Saldos em 31/12/2022	79.085	67.649	146.734



★ continuação

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.573)	(67.928)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	11.415	23.096
Imposto de renda e contribuição social		
diferidos não constituídos (i)	(11.414)	8.288
Outras diferenças permanentes	(3.610)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.609)	31.293
Alíquota efetiva de impostos	10,75%	46,07%
(i) A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social poderão ser utilizados. 14. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2023 é de R\$ 861.447, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 em 31/12/2022, representado por 1.414.737.102), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 29/12/2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 28/12/2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Reservas de capital: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/07/2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 7.401 como contrapartida dos saldos incorporados. 15. Receita operacional líquida: A receita é composta conforme a seguir:		

	2023	2022
Receita de serviços prestados	212.093	180.984
Outras receitas - contraprestação pecuniária (a)	19.074	18.767
Receita de serviços de construção (b)	62.577	144.191
Receita bruta	293.744	343.942
Impostos sobre as vendas		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(10.264)	(8.759)
PIS	(1.502)	(1.298)
COFINS	(6.935)	(5.993)
Receita líquida	275.043	327.892
(a) Refere-se a receita de contraprestação pecuniária recebida do Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. (b) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços. 16. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza:		

	2023	2022
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(20.444)	(55.754)
Despesas de amortização (a)	(95.211)	(83.945)
Despesas com prestadores de serviços	(32.200)	(28.007)
Despesas com empregados	(21.194)	(20.035)
Despesas com materiais e equipamentos	(2.481)	(2.792)
Custos com construção	(62.577)	(144.191)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(16.539)	(3.052)
Reembolso com seguro	5.247	1.040
Despesas com seguro	(1.179)	(869)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.010)	(2.618)
Outras receitas	926	79
Total	(247.662)	(340.144)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(217.863)	(320.186)
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	(20.037)
Outras receitas operacionais	926	79
Total	(247.662)	(340.144)
(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.005 em 31/12/2023 e R\$699 em 31/12/2022.		

	2023	2022
17. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (a)	7.989	13.586
Outras receitas financeiras	1.084	509
	9.073	14.095
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos	(19.493)	(15.402)
Juros e variações monetárias sobre debêntures (b)	(50.004)	(53.197)
Comissões bancárias e outras	(256)	(675)
Outras despesas financeiras	(274)	(498)
	(70.027)	(69.772)
	(60.954)	(55.677)

Resultado financeiro
(a) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária a receber do Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 5. (b) Juros e variação monetária das debêntures da 5ª emissão que correspondem a variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano, conforme nota 8. **18. Resultado básico e diluído por ação:** A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

	DIRETORIA
José Renato Ricciardi - Diretor Presidente	

Aos Conselheiros e Diretores da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. - Divinópolis - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja a Notas 2.4 e 13 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, envolvendo premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais

	2023	2022
Básico e diluído		
Prejuízo do exercício (em Reais)	(37.182.838)	(36.635.754)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	1.415.207	1.332.658
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(26,27)	(27,49)
Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluído no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos. 19. Demonstrações dos fluxos de caixa: a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo. Informações suplementares:		
	2023	2022
Fornecedores	35.091	(3.434)
Provisão de investimento - (Realização)	-	10.359
Provisão de investimento - (Constituição)	-	(13.310)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	35.091	(6.385)
Aquisições do intangível - Fornecedores	(35.091)	3.434
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	-	(10.359)
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	-	39.749
Aquisições de direito de uso	(4.549)	13.310
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	(39.640)	6.385
Arrendamento	4.549	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	4.549	-
b) Reconciliação das atividades de financiamento:		

	Debêntures	Arrendamento	Total
Saldo Inicial	(424.439)	(771)	(425.210)
Pagamento de principal e juros	—	1.089	1.089
Juros sobre debêntures passivas	(50.004)	—	(50.004)
Pagamentos de debêntures - principal	39.749	—	39.749
Pagamentos de debêntures - juros	26.573	—	26.573
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.318	1.089	17.407
Outras variações			
Ajuste a valor presente e juros	—	(138)	(138)
Adições	—	(4.549)	(4.549)
Total das outras variações	—	(4.687)	(4.687)
Saldo Final	(408.121)	(4.369)	(412.490)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o reforço de seu capital de giro. **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. **Valor justo dos instrumentos financeiros controlizados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que as demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo) uma vez que as contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023	2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	14.049	11.277
Passivos		
Fornecedores	54.765	41.127
Fornecedores - partes relacionadas	2.801	909
Debêntures	408.120	424.439
Passivo de arrendamento	4.369	771
Dividendos a Pagar	5.785	5.785
(b) <i>Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:</i> Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2023 a Companhia mantém na sua demonstrações		

financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2023. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; a) **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Exposição a riscos e de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31/12/2023, a administração efetuou análise de sensibilidade apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/2023; • Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2023; • Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2023. Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Variação do IPCA (a)	-	4,46%	25%	50%
Debêntures indexador	-	4,46%	5,57%	6,69%
Debêntures 5ª emissão - IPCA (b)	(424.042)	(45.343)	(50.350)	(55.356)
	(424.042)	(45.343)	(50.350)	(55.356)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
Indexador
CDB e operações
- compromissadas - CDI (c)
Exposição líquida - perda
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base
(a) Fonte: Banco Central do Brasil Sistema de Expectativa de Mercado - Séries de estatísticas consolidadas. (b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. (c) Conforme nota explicativa nº 4. **Exposição a riscos cambiais:** Em 31/12/2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:									
Contas a receber de clientes e poder concedente	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Total ativo	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Passivos:									
Debêntures - principal e juros (b)	(424.042)	(173.176)	(39.831)	(25.850)	(65.681)	(153.063)	(107.730)	(270.744)	(531.537)
Fornecedores e partes relacionadas	(57.566)	(22.683)	(22.683)	(34.883)	(57.566)	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	(4.369)	(550)	(519)	(1.429)	(1.948)	(2.971)	-	-	(2.971)
Dividendos a pagar	(5.785)	-	-	-	-	-	(5.785)	-	(5.785)
Total passivo	(491.762)	(173.726)	(63.033)	(62.162)	(125.195)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)
Exposição líquida	(477.713)	(173.726)	(48.944)	(62.162)	(111.146)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures. Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. **21. Gestão de risco de capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros. Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Endividamento:** O índice de endividamento é o seguinte:

	2023	2022
Dívida financeira total (a)	424.042	443.434
Caixa e equivalentes de caixa	(50.753)	(77.179)
Dívida líquida	373.289	366.255
Patrimônio líquido	415.953	400.688
Índice de endividamento líquido	0,90	0,91
(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,90 em 31/12/2023 (0,91 em 31/12/2022), principalmente devido ao reforço de caixa, resultado da 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8), cujos recursos foram destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, ocorridas no período líquido ou inferior a 24 (vinte quatro) meses antes do encerramento da oferta relativos à consecução de Projeto, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007. 22. Informação por segmento: Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da		

moeda estrangeira. b) **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de classificação de risco de crédito ("rating"). A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. A Companhia apresenta valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco de crédito:

Valor Contábil	2023	2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179
Contas a receber e do Poder Concedente	14.049	11.277
c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. A medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do período:		

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:									
Contas a receber de clientes e poder concedente	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Total ativo	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Passivos:									
Debêntures - principal e juros (b)	(424.042)	(173.176)	(39.831)	(25.850)	(65.681)	(153.063)	(107.730)	(270.744)	(531.537)
Fornecedores e partes relacionadas	(57.566)	(22.683)	(22.683)	(34.883)	(57.566)	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	(4.369)	(550)	(519)	(1.429)	(1.948)	(2.971)	-	-	(2.971)
Dividendos a pagar	(5.785)	-	-	-	-	-	(5.785)	-	(5.785)
Total passivo	(491.762)	(173.726)	(63.033)	(62.162)	(125.195)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)
Exposição líquida	(477.713)	(173.726)	(48.944)	(62.162)	(111.146)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)

performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. **23. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

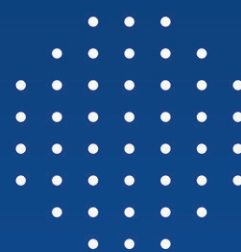
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	44.729	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	44.593	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais a rodovia	24.261	Outubro/2024
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	54.239	Setembro/2024
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	132.339	Setembro/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em contruições	15.400	Fevereiro/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em contruições	5.580	Março/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em contruições	7.947	Agosto/2024

	CONTADOR
Anderson Costa Silva - CRC-SP 219557/O-4	

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a



Um **novo** momento!
Uma **nova** história!
Uma **nova** faculdade!



mais de
50 cursos
matrículas abertas!

Aulas nos formatos:

EAD
Digital
Presencial

Escolha o que
mais combina
com você



#VempraNova
novafaculdade.com.br
(31) 2566-8500



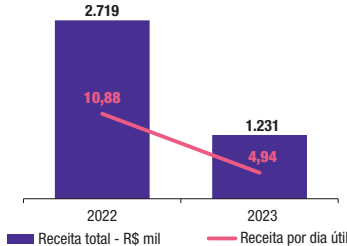
TORO ASSET MANAGEMENT S.A.
CNPJ: 15.171.585/0001-80

Tal queda se deve pela redução do valor sob gestão do Toro Asset, que saiu de R\$107 milhões em 31/12/2022 para R\$105 milhões 31/12/2023, e pelo baixo valor atingido com relação a taxa de performance, o que acarretou uma queda de receita bruta na gestora de R\$166 mil. O Ibovespa em 2023 esteve bastante volátil, desafiando a gestão dos ativos no ano. Adicionalmente, houve a finalização da venda de planejamentos financeiros, uma vez que a experiência de tal produto foi inserida nos aplicativos de outras empresas do Grupo, o que levou a uma queda de receita bruta de R\$1,3 milhão. Seguimos focados também no fortalecimento da nossa cultura e do nosso time, como resultado disso, o Grupo Toro foi premiado como uma das melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais e melhores empresas para se trabalhar em nível Brasil no ramo de tecnologia, segundo a GPTW (*Great Place to Work*). Como destaque, no final do primeiro semestre, celebramos acordo com o Banco Santander para aquisição da totalidade da Toro Participações S.A., holding detida pelos acionistas minoritários do Grupo Toro. Tal acordo foi finalizado no dia 03 de janeiro de 2024. Dessa forma, o Banco passou, a partir dessa data, a deter titularidade de 100% do capital social da Toro CTVM S.A. e suas controladas. Tal acordo permitirá ampliar a sinergia entre as empresas. Encerramos o ano de 2023 com uma empresa mais sólida e madura, tanto do ponto de vista de cultura, quanto do ponto de vista financeiro e estratégico. Para o ano de 2024, continuamos com planos de crescimento audacioso de resultados, inovação em produtos, tecnologia e atendimento para os nossos clientes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
A Diretoria.
João Augusto Ferreira Resende - Diretor
Maria Carolina Barbosa Costa - Diretora

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas da
Toro Asset Management S.A.
Belo Horizonte - MG
A Toro Asset Management S.A. (anteriormente denominada Monetus Investimentos S.A.), empresa integrante do Grupo Toro, e responsável pela gestão de ativos, atingiu receita bruta de R\$1,2 milhão em 2023, queda de cerca de 55% se comparado a 2022.



Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro 2022 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante		5.565	7.476	6.526	10.952	Circulante		568	1.352	1.138	2.945
Caixa e equivalente de caixa	4	4.959	6.471	5.415	8.706	Fornecedores	13	7	17	7	31
Contas a receber	5	-	518	173	1.471	Obrigações trabalhistas	14	524	1.047	929	2.048
Adiantamentos	6	-	-	-	9	Obrigações tributárias	15	37	78	55	170
Impostos e contribuições a compensar	7a	330	189	391	216	Contas a pagar com partes relacionadas	9a	-	29	-	57
Crédito tributário	7b	82	223	144	404	Outros passivos	16	-	181	147	639
Outros ativos	8	194	75	403	146	Não circulante		-	1	-	1
Não circulante		2.512	3.187	2.121	1.304	Provisões e contingências passivas	17a	-	1	-	1
Investimentos em controlada	10	393	1.883	-	-	Patrimônio líquido		7.509	9.310	7.509	9.310
Imobilizado	11	75	97	77	97	Capital social	18a	13.897	13.897	13.897	13.897
Intangível	12	2.044	1.207	2.044	1.207	Prejuizos acumulados		(6.388)	(4.587)	(6.388)	(4.587)
Total do ativo		8.077	10.663	8.647	12.256	Total do passivo		8.077	10.663	8.647	12.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional
A Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), anteriormente denominada Monetus Investimentos S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de março de 2012, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 6º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte – MG. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente em diversos produtos financeiros, conteúdo digital, cursos, planejamento financeiro, gestão de fundos, desenvolvimento e licenciamento de softwares customizáveis e não customizáveis ao mercado financeiro. Em 23 de agosto de 2023, a Monetus Investimentos S.A. deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da sua razão social para Toro Asset Management S.A. O requerido ato foi registrado em 31 de agosto de 2023 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Toro Asset, empresa do grupo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), possui como acionista controladora, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") detendo 100% do capital social. A Toro Asset possui participação na seguinte empresa:

Controlada direta
Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Seguros")
100,00% 100,00%
Em 07 de junho de 2023, a Santander Distribuidora, subsidiária do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou junto aos acionistas da Toro Participações, um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetuada a operação, passará a deter a titularidade de 100% do capital social da Toro CTVM e da Toro Investimentos. A transferência do controle societário foi aprovada em assembleia extraordinária de 03 de janeiro de 2024 e registrada em 26 de janeiro de 2024 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2024.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras
a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, que incluem estimativas e premissas, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. **b) Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Toro Asset no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **c) Bases de consolidação:** As demonstrações consolidadas são compostas pela Toro Asset e por sua controlada. A controlada é integralmente consolidada a partir da data da aquisição de controle e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre partes relacionadas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados. **d) Moeda funcional:** A moeda funcional da Toro Asset é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("R\$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. **e) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos ativos imobilizado e intangível; (ii) contabilização de provisão para contingências; (iii) realização dos créditos tributários e; (iv) mensuração de provisões para perdas de créditos a receber. A Toro Asset revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas.

3. Resumos das principais práticas contábeis
a) Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos bancários em contas correntes e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam rendimentos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Contas a receber:** O faturamento é efetuado com base em prazos normais e de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros ou perdas. **c) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado. **d) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. **e) Imobilizado de uso:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para equipamento de processamento de dados e 10% a.a. para máquinas e equipamentos. **f) Intangível:** Compreende o direito de uso de softwares adquiridos para uso no processo operacional, classificados como ativos intangíveis com vida útil definida. Compreende também programas de computador customizáveis e não customizáveis desenvolvidos internamente, conforme objeto social da Toro Asset, e que passam por avaliação técnica quanto ao valor e o seu impacto econômico em relação a marcas, sem vida útil definida, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. A prática contábil adotada pela Toro Asset é de registrar os ativos intangíveis com vida útil definida ou indefinida, adquiridos separadamente ou gerados internamente, ao custo deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **g) Fornecedores:** Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações de serviços e materiais de acordo com a sazonalidade. A Toro Asset não calcula e reconhece o ajuste a valor presente de tal obrigação, pelo fato da liquidação (pagamento), ocorrer em até 90 (noventa) dias, prazo em que não há a obrigatordiedade do cálculo e reconhecimento dos referidos ajustes. **h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e ajustados para a contribuição social de 9%. **i) Provisão para contingências:** Provisões são constituídas para todas as contingências, referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para liquidar uma obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Dessa forma, a Toro Asset revisou as premissas de avaliação de seus "Passivos Contingentes" nos quais, com base na orientação de seus assessores jurídicos, foram constituídas e atualizadas as provisões para contingência. As provisões são revisadas e ajustadas ao encerramento do exercício, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **j) Outras provisões:** A Toro Asset adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável ou, ainda, que decorram de obrigação legal de pagar. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A efetiva liquidação das provisões poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. **k) Redução ao valor recuperável (impairment):** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante		568	1.352	1.138	2.945
Fornecedores	13	7	17	7	31
Obrigações trabalhistas	14	524	1.047	929	2.048
Obrigações tributárias	15	37	78	55	170
Contas a pagar com partes relacionadas	9a	-	29	-	57
Outros passivos	16	-	181	147	639
Não circulante		-	1	-	1
Provisões e contingências passivas	17a	-	-	-	-
Patrimônio líquido		7.509	9.310	7.509	9.310
Capital social	18a	13.897	13.897	13.897	13.897
Prejuízos acumulados		(6.388)	(4.587)	(6.388)	(4.587)
Total do passivo		8.077	10.663	8.647	12.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ao valor recuperável. **l) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos da diferença do seu valor justo, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes em caixa, contas correntes e aplicações em fundos de investimento em renda fixa. O caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria "ao custo amortizado" sendo avaliados, após o reconhecimento inicial, ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, que não excederem o seu valor de mercado ou de realização; (ii) contas a receber reconhecidas pelo valor justo e deduzidas da provisão para redução ao valor recuperável, caso houver; e (iii) serviços a faturar. Passivos financeiros: são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Toro Asset se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. **m) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras são compostas substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos, multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **n) Reconhecimento da receita:** As receitas operacionais preponderantes da Toro Asset têm origem em contratos de gestão de fundos e de planejamento financeiro, firmados com os usuários e são reconhecidas com base nos serviços realizados em cumprimento às performances contidas nos respectivos contratos. As parcelas cujos serviços ainda não foram prestados são registradas em serviços a faturar no ativo circulante em contrapartida com serviços a faturar no passivo circulante, e apropriadas em receita do período à medida que os serviços são prestados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos (a)	14	27	68	29
Fundos de investimento de renda fixa (b)	4.945	6.444	5.347	8.677
Total	4.959	6.471	5.415	8.706

(a) O saldo da rubrica "Bancos" é constituído por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.
(b) As aplicações financeiras são denominadas em reais, e correspondem a fundos de investimento de renda fixa, com liquidez imediata, cuja taxa é a variação do certificado de depósito interbancário – CDI.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer (a)	-	389	45	929
Serviços a faturar (b)	-	129	128	542
Total	-	518	173	1.471

(a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam nenhum valor vencido a receber de clientes.
(b) Os serviços a faturar se referem a compras de planos de assinatura de forma parcelada pelos clientes e que os serviços ainda não foram prestados. A medida que a prestação ocorrer, as contas a receber e a receita são reconhecidos.
Esses valores são reconhecidos pelo seu valor contratual e não são ajustados a valor presente.

6. Adiantamentos

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de férias	-	-	-	9
Total	-	-	-	9

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda a compensar	213	-	235	13
Contribuição social a compensar	1	-	9	8
Outros impostos a compensar	116	189	147	195
Total	330	189	391	216

É composto decorrente de antecipações e retenções na fonte a compensar.

b) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	Const./ (realiz.)	2023	2022
Provisão de bônus	223	(223)	-	405
Passivos trabalhistas	-	-	-	(405)
Provisão de participação nos lucros e resultados	-	82	-	131
Provisão de prêmios de incentivo	-	-	-	13
Total de créditos tributários	223	(141)	82	405

c) Previsão de realização dos créditos tributários diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2022	2023
Imposto de Renda e contribuição social	60	22	82	106
até 1 ano	60	22	82	106
Total	60	22	82	106

Refere-se ao valor de crédito constituído em 31 de dezembro de 2023.

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes de IRPJ/CSLL apurado pelo lucro real	(1.660)	(3.383)	(1.541)	(3.565)
Encargo total de IRPJ/CSLL	564	1.150	524	1.212
Resultado de participações em coligadas e controladas	(506)	(492)	-	-
Adições permanentes	(141)	(14)	(148)	(15)
IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(58)	(421)	(636)	(793)
Total	(141)	223	(260)	484
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Diferido	141	(223)	260	(484)
Total	141	(223)	260	(484)

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prêmios e participações nos lucros e resultados outros (a)	189	74	-	74
Despesas antecipadas (b)	5	-	403	72
Total	194	75	403	146

(a) Composto por programas de incentivo de prêmios a colaboradores de tecnologia das plataformas e são apropriados no resultado de acordo com o prazo estabelecido. (b) Referem-se às despesas de alimentação, assistência médica e sistemas que são apropriados no resultado conforme o regime de competência, e participação nos lucros a colaboradores que são apropriados no resultado de acordo com o prazo estabelecido.

9. Partes relacionadas

a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas: A Toro Asset realiza com a Toro Investimentos, Banco Santander e Mobills Seguros, operações comerciais e financeiras. Essas operações incluem: (i) rateio de gastos e, (ii) aplicações em fundos de investimentos e receita de indicação de clientes. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Toro Asset realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cotas de fundos de investimentos	4.945	6.444	5.347	8.677
Banco Santander - controladora	4.945	6.444	5.347	8.677
Total	4.945	6.444	5.347	8.677

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compartilhamento de infraestrutura	-	29	-	57
Toro Investimentos - controladora	-	29	-	57
Total	-	29	-	57

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de prestação de serviços	19	1.022	2.283	2.607	3.132
Receita operacional líquida		1.022	2.283	2.607	3.132
Custos operacionais	22	(4)	(21)	(21)	(21)
Despesas com vendas		(4)	(21)	(21)	(21)
Lucro bruto		1.018	2.262	2.586	3.111
Receitas e (despesas) operacionais		(3.390)	(6.809)	(4.939)	(7.893)
Despesas com pessoal	20	(1.689)	(4.127)	(4.861)	(6.144)
Despesas gerais e administrativas	23	(839)	(1.295)	(1.196)	(1.808)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	628	61	1.118	59
Resultado da equivalência patrimonial		(1.490)	(1.448)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido	25	(2.372)	(4.547)	(2.353)	(4.782)
Receitas financeiras		713	1.163	843	1.228
Despesas financeiras		(1)	-	(31)	(11)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.660)	(3.384)	(1.541)	(3.565)
Imposto de renda e contribuição social		(141)	223	(260)	404
Diferidos	7d	(141)	223	(260)	404
Prejuízo do exercício		(1.801)	(3.161)	(1.801)	(3.161)
Prejuízo por ação (R\$)		(0,002)	(0,003)	(0,002)	(0,003)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					



CLÍNICA SOCIAL HILTON ROCHA É mais saúde ocular ao alcance de todos!

Especialidades: córnea, catarata, retina,
estrabismo, glaucoma, uveítes, lentes de
contato, órbita, oftalmopediatria.

Endereço: R. Juiz Costa Val, 161 • Santa Efigênia

hospitaldeolhoshiltonrocha.com.br

Telefone geral: **31 3010 1700** Telefone Clínica Social: **31 3010 1729**

 **WhatsApp: 31 97103 6791**

 **@hospitaldeolhoshiltonrocha**  **hospitaldeolhoshiltonrocha**

FHR

HOSPITAL DE OLHOS
HILTON ROCHA